



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Departamento de Antropologia – DAN

“EI, FEDERAL!”
UMA ETNOGRAFIA DOS VIGILANTES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA

Layreane Silvano dos Santos
Brasília, 2018

Layreane Silvano dos Santos

“EI, FEDERAL!”

**UMA ETNOGRAFIA DOS VIGILANTES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Orientador Prof. Dr. José Antônio Vieira Pimenta.

Brasília, 2018

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Departamento de Antropologia – DAN

“EI, FEDERAL!”
**UMA ETNOGRAFIA DOS VIGILANTES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Layreane Silvano dos Santos

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antônio Vieira Pimenta-Departamento de Antropologia - UnB (Orientador)

Profa. Dra. Graciela Froehlich-Departamento de Antropologia - UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu querido orientador José Pimenta a quem convenci a assumir este desafio. Primeiro pela acolhida e compreensão nos momentos difíceis e segundo pelo rico aprendizado nas correções. Gratidão por toda dedicação, compromisso, disposição e sinceridade!

Agradeço a minha amada família, meus pais, Nesio e Olinda por sempre apoiarem meus sonhos, e minha filha Marina Amira, pela alegria e compreensão. A minha avó, Almerinda, minha segunda mãe. Não conseguiria sem vocês!

Agradeço a professora Kelly Silva e ao professor Arthur Trindade por sinalizarem a viabilidade desta pesquisa.

Agradeço aos colegas do trabalho que incentivaram meu aprimoramento profissional e aos colegas do curso pela solidariedade.

Agradeço a todos que participaram da pesquisa principalmente aos seguranças com quem convivi durante este trabalho. Impossível expressar em palavras o quanto agradeço toda a gentileza e cordialidade com a qual fui recebida! Na impossibilidade de citar todos, manifesto agradecimento a todos através dos diretores que conheci durante o trabalho: Sr. Bispo, Sr. Guedes, Sr. Lima e Sr. Maurício. Muita gratidão!

RESUMO

O presente trabalho etnográfico objetiva apresentar a vigilância pública da Universidade de Brasília. Utilizo as narrativas dos vigilantes públicos para dar visibilidade a esses trabalhadores, apresentando sua história que corresponde aos relatos da criação da própria universidade marcada por seus valores, ideais e eventos, como o período da ditadura militar e da redemocratização do país. Descrevo a organização e funcionamento do setor da segurança, enfatizando as atribuições e rotinas destes servidores. Demonstro a amplitude e diversidade de suas atribuições bem como o sistema de trabalho em suas particularidades e ambiguidades. Em seguida, apresento a formação da identidade de seguranças orgânicos federais por meio das singularidades de sua atuação diferenciada dos vigilantes terceirizados e dos policiais que compõem o setor de segurança da universidade. Conforme apresento, esta identidade foi construída mobilizando elementos da cultura universitária, do mandato profissional dos servidores públicos federais e da cultura policial militar que se destaca no setor de segurança da universidade.

Palavras-Chave: Etnografia. Vigilantes Públicos. Identidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma de Serviços Auxiliares da Universidade de Brasília.....	27
Figura 2 - Seminário na Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN/1990	33
Figura 3 - Posto Policial da UnB (novembro de 2017)	36
Figura 4 - Organograma da Estrutura Organizacional da Prefeitura do Campus PRC	39
Figura 5 - Prédio da Diretoria de Segurança (DISEG).....	41
Figura 6 - Festa LGBTs (janeiro de 2018).....	47
Figura 7 - Posto Reitoria (janeiro de 2018).....	50
Figura 8 - Posto Garagem (fevereiro de 2018).....	50
Figura 9 - Estação Experimental da Biologia (novembro de 2017)	55
Figura 10 - Estação Experimental da Biologia (novembro de 2017)	55
Figura 11 - Sr. Flávio orientando os alunos sobre a interdição momentânea do bloco (novembro de 2017)	65
Figura 12 - Ato no ICC contra as demissões de terceirizados (março de 2018)	70
Figura 13 - Uniforme.....	81
Figura 14 - Uniforme.....	82

LISTA DE SIGLAS

ADUNB	Associação dos Docentes da UnB
ATAFUB	Associação de Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília
CAD	Convivência da Comunidade Universitária
CAD	Conselho de Administração
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CONSEG	Conselho Comunitário Especial de Segurança da UnB
CONSUNI	Conselho Universitário
COPP	Coordenadoria de Proteção ao Patrimônio
DETRAN	Departamento de Trânsito
DGM	Diretoria de Gestão Material
DIMEC	Diretoria de Manutenção de Equipamentos
DISEG	Diretoria de Segurança
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior do Brasil
FINATEC	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
FUB	Fundação Universidade de Brasília
GDF	Governo do Distrito Federal
ICC	Instituto de Ciências Central
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
MTAS	Métodos e Técnicas em Antropologia Social
NEST	Núcleo Especial em Segurança do Trabalho
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação
PRC	Prefeitura do Campus
PROCAP	Coordenadoria de Capacitação
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SINTFUB	Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	9
1.1 OBJETO E OS OBJETIVOS DA PESQUISA	9
1.2 ESCOLHA DO TEMA.....	11
1.3 METODOLOGIA E TRABALHO DE CAMPO.....	12
1.4 REFLEXÕES SOBRE O CAMPO ETNOGRÁFICO	15
1.5 SITUANDO O TEMA E ORGANIZANDO O TEXTO	19
<u>CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DA VIGILÂNCIA NA UNB</u>	22
1.1 A FORMAÇÃO DA UNB E SEUS IDEAIS	23
1.2 CONTROLE MILITAR E RESISTÊNCIA PASSIVA: A VIGILÂNCIA DURANTE A DITADURA.....	27
1.3 A VOLTA DA DEMOCRACIA: ORGANIZAÇÃO E CONQUISTA DE DIREITOS	31
<u>CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SETOR DE SEGURANÇA NA UNB</u>	38
2.1 ORGANIZAÇÃO DO SETOR DE SEGURANÇA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	38
2.2 FUNCIONAMENTO DO SETOR DE SEGURANÇA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ESCALAS, POSTOS DE TRABALHO, RONDAS, OCORRÊNCIAS E ROTINAS	46
<u>CAPÍTULO 3: “SER FEDERAL”: IDENTIDADE DOS SEGURANÇAS ORGÂNICOS DA UNB</u>	59
3.1 CULTURA UNIVERSITÁRIA E MANDATO DE SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	62
3.2 CULTURA POLICIAL E MILITAR	72
<u>CONCLUSÃO</u>	84
<u>REFERÊNCIAS</u>	88
ANEXO A	92
ANEXO B	93
ANEXO C	94

INTRODUÇÃO

1.1 OBJETO E OS OBJETIVOS DA PESQUISA

A presente monografia tem como tema o trabalho e a identidade dos vigilantes da Universidade de Brasília. Esta pesquisa se dedica somente aos vigilantes que compõem o setor de segurança desta instituição, servidores públicos, regidos por uma legislação específica (Lei nº 8112 de 19/90). O objetivo geral é dar visibilidade a esses servidores públicos que são essenciais para o funcionamento da universidade. Procuro apresentar a história desse setor, o trabalho desses servidores e como eles definem sua identidade como “seguranças orgânicos”, diferenciando-se de outros atores que também atuam na área de segurança da Universidade de Brasília.

Na Universidade de Brasília, existem outros vigilantes que trabalham para empresa terceirizada contratada pela instituição. Tive contato com 8 vigilantes e 2 encarregados ou supervisores terceirizados, mas estes profissionais não fizeram parte da pesquisa propriamente dita. A interação com eles serviu somente para entender o que os vigilantes públicos, objetos da pesquisa, relatavam.

No campus Darcy Ribeiro, principal campus da Universidade de Brasília, funciona ainda um posto da Polícia Militar. Esta instituição também não foi objeto da pesquisa. Os policiais militares desse posto foram contatados extraoficialmente e não tivemos autorização formal para uma aproximação maior. Enquanto acompanhei os seguranças da UnB, também não presenciei interação deste segmento com a Polícia Militar. Assim, o meu contato com esta instituição ocorreu por iniciativa própria, mais por curiosidade do que por necessidade. Abordei 4 policiais militares em dupla. Uma dupla durante sua ronda e outra no prédio da Polícia Militar, situado no campus.

Os contatos com esses dois segmentos – vigilantes terceirizados e policiais militares – que também atuam diretamente com a segurança da UnB, foram interessantes para ter uma visão mais ampla dessa área na Universidade de Brasília. No entanto, não tive tempo hábil para uma análise mais aprofundada e mais extensa sobre a área segurança na UnB. Seria impossível abarcar todos os segmentos que trabalham com essa questão nesta pesquisa. Um estudo mais completo teria que pensar não apenas nos dois segmentos já mencionados, mas também na Polícia Civil, na Polícia Federal e talvez até no Departamento de Trânsito (DETRAN). Diante da impossibilidade de abarcar todos esses atores, resolvi delimitar o foco desta minha pesquisa

aos vigilantes concursados da Universidade de Brasília. Os contatos ocasionais com outros segmentos da segurança foram somente elucidativos para algumas dimensões do trabalho, não sendo objeto desta monografia.

Quando possível, os estudantes também foram acionados no decorrer da pesquisa. Entrevistei 4 estudantes durante uma manifestação no campus, acompanhada por vigilantes terceirizados. Também tive o relato de 2 estudantes em uma festa próxima ao prédio da vigilância e 2 outros após uma ocorrência. Estes contatos esporádicos com os estudantes serviram apenas para compreender melhor alguns elementos do tema desta pesquisa.

Assim, apesar de contatos esporádicos com outros setores da vigilância da Universidade de Brasília, os vigilantes, objeto deste estudo, são somente os concursados, ou seja, aqueles que compõem o quadro de servidores públicos desta instituição, ou ainda, como eles se autodenominam: os “seguranças orgânicos”. Como mostrarei ao longo desta monografia, foi a partir da característica de servidores públicos que observei uma identidade definida e pronunciada, baseada no ideal de servir à coletividade. A identidade formada por estes trabalhadores apresenta características que considere importante conhecer e que pretendo demonstrar neste trabalho. Este grupo tem como característica comum o fato de pertencer ao quadro da Universidade de Brasília e ocupar um lugar simbólico nesta instituição.

A partir dos relatos desses vigilantes, procuro apresentar como este grupo se define como seguranças, a extensão e diversidade das atividades que eles exercem. Por meio da pesquisa etnográfica, almejo demonstrar a importância desta categoria para o bom funcionamento da universidade. Apresento a atuação destes profissionais, em uma extensa variedade de atribuições, que lhes confere status particular e como eles se apropriam de seu trabalho. Sua prática profissional alimenta a formação de uma identidade específica enquanto categoria responsável pela segurança no campus.

Em razão do pouco tempo disponível, a pesquisa foi realizada somente no campus Darcy Ribeiro. Este aspecto não compromete suas conclusões gerais na medida em que poucos vigilantes concursados estão presentes nos outros campi da Universidade de Brasília. Assim, o campus de Ceilândia tem somente dois vigilantes concursados e o campus de Planaltina e Gama contam com apenas um.

1.2 ESCOLHA DO TEMA

Encontrei muita dificuldade para definir o tema da pesquisa. Ter que estudar de forma aprofundada algum tema para a minha monografia, tirou-me o sono. Não encontrava motivação para embarcar na aventura antropológica do trabalho de campo porque não conseguia escolher o objeto dentre tantas possibilidades existentes no mundo social. Após muitas dúvidas, optei por observar o familiar ou, para retomar a expressão de Gilberto Velho (1980), “estranhar o familiar”, procurando enxergá-lo de outra forma, como objeto de pesquisa antropológica.

Defini este tema, primeiramente, ao pensar na minha trajetória pessoal e profissional. Na minha família, estão presentes muitos profissionais que lidam com o tema da segurança. Encontram-se militares de todas as forças armadas, além de policiais e bombeiros. Meus dois avôs, hoje falecidos, eram índios e militares da Marinha. Meu pai é militar reformado do Exército. Meu irmão é oficial do Exército. Alguns tios serviram a Aeronáutica, outros foram policiais ou bombeiros. Vários amigos também seguiram carreira militar. Durante muitos anos, residi em área militar. Talvez por conviver de modo tão próximo com seguranças, nunca percebi a importância desta questão, já que sempre tinha quem “olhasse” por mim. No entanto, no momento em que me vi mais afastada dessas relações familiares, senti o peso deste tema, até então inexpressivo. Acredito que a minha história familiar e as experiências que vivi me sensibilizaram para esta questão e me fizeram escolher o tema da vigilância e da segurança para a monografia. Trabalhar, de forma mais específica, com esse tema na Universidade de Brasília, tem a ver com a minha própria trajetória na instituição.

Assim, a aproximação com o objeto de pesquisa iniciou-se em 2016 na disciplina “Métodos e Técnicas em Antropologia Social (MTAS)”, quando me deparei com o relato de alguns servidores da vigilância da UnB sobre a peculiaridade de suas atividades. Vale esclarecer que tive acesso a este relato porque, além de estudar antropologia, sou também servidora concursada desta instituição. No meu cargo de assistente social, lotada no setor de saúde de gestão de pessoas da Universidade de Brasília desde 2010, deparei-me com diversos discursos sobre as condições de trabalho na universidade. Nesse contexto profissional, o relato dos vigilantes chamou minha atenção. Ouvi muito destes profissionais que a universidade não dava atenção às condições de trabalho de quem sempre é convocado para resolver problemas. Eles ressaltavam a diferenciação e importância de sua atividade, o que acabou atraindo a minha curiosidade. Até esse momento, não havia tido contato com o setor de vigilância da UnB.

No mesmo ano de 2016, também participei de uma assembleia estudantil, e o movimento ocupou a Reitoria para discutir o cenário político da época. Durante as negociações

com a administração da instituição, os estudantes exigiram dialogar apenas com os “seguranças da universidade”, excluindo dessa categoria os vigilantes terceirizados e os policiais. Segundo estes estudantes, os vigilantes do quadro da instituição eram os únicos com os quais o diálogo era possível porque não eram “truculentos”. Achei essa visão dos estudantes sobre esses vigilantes instigadora e procurei aprofundar a minha curiosidade.

Assim, em outubro de 2016, cumprindo o exigido pela disciplina MTAS, decidi visitar o setor de segurança, no prédio da Coordenadoria de Proteção ao Patrimônio (COPP), onde os vigilantes estão lotados. Iniciei o meu campo para essa disciplina com entrevistas a três vigilantes, fiquei impressionada com os relatos, a riqueza de suas experiências sobre vigilância que se estende a toda a universidade e demonstra os conhecimentos que eles têm da instituição; um conhecimento que eu, por exemplo, não tenho apesar da minha trajetória já longa na UnB.¹ Assim, decidi aprofundar o meu conhecimento desses atores na minha monografia de graduação.

1.3 METODOLOGIA E TRABALHO DE CAMPO

Após esse contato inicial, a experiência etnográfica iniciou em outubro de 2017 estendendo-se até março de 2018. Cabe ressaltar, no entanto, que o meu contato com o campo permanece, até hoje, e acredito que deverá continuar. Mantenho relações de amizade que construí com estes vigilantes e sou convidada a participar de eventos programados, tais como o seminário organizado por eles em agosto de 2018, do qual abordarei no capítulo 1.

A pesquisa contou com a participação de aproximadamente 50 vigilantes, ou seja, cerca da metade dos servidores do setor. Do total de 120 vigilantes, observei a frequência de 108. Os 12 restantes estavam cedidos para outros órgãos. Procurei me aproximar deste universo realizando uma observação participante que possibilitou acompanhar a rotina do trabalho destes profissionais e recolher seus relatos. A pesquisa etnográfica e as entrevistas foram complementadas pela literatura. A metodologia contou, também, com registros fotográficos. Este recurso foi importante para complementar as informações e a compreensão do que vivenciei. Os locais pelos quais transitei com os vigilantes e o uniforme que utilizam são exemplos do que pude registrar em fotografias.

¹ Entrei na UnB em 1996 e, em 2000 me formei em Serviço Social. Reingressei em 2010 como servidora por concurso e, em 2014, iniciei o curso de Ciências Sociais.

Como detalharei ao longo desta monografia, o trabalho do setor de segurança funciona em permanência, 24 horas por dia. Uma turma entra às 7 horas e sai às 19 horas, quando é substituída por outra que sai às 7 horas da manhã do dia seguinte. Acompanhar essa rotina não foi fácil. Cheguei a desabafar com o meu orientador sobre o meu cansaço e fiquei até doente, o que é difícil de ocorrer! Conforme combinei com o Diretor de Segurança, entrava geralmente às 7 horas da manhã, mas também acompanhei os turnos noturnos. Durante o trabalho de campo, percebi que em determinados momentos do turno diurno, os vigilantes podiam se ausentar, tanto os lotados na sede, como os dos postos. Podiam sair para almoçar, ir ao banheiro, resolver algum assunto particular (banco/lotérica), falar com alguém, etc. No caso do horário noturno, as atividades também podiam ser interrompidas por um rápido cochilo. Estas ausências eram de conhecimento de todos. Quem precisava se ausentar em determinado momento, sempre avisava onde iria e o quê iria fazer. Saíam quase sempre sozinho. As ausências não eram motivo de desavenças ou coibição por parte de ninguém, nem dos outros servidores, nem da chefia.

Acabei adotando essa rotina. De vez enquanto, também saía para fazer alguma atividade ou escrever meu diário de campo, retornando mais tarde junto aos meus “nativos”. Senti que essas saídas possibilitavam mais interação e menos cansaço, tanto meu, como deles. Inicialmente, consegui cobrir somente as turmas diurnas porque senti a impossibilidade biológica de fazer sequencialmente o turno diurno e noturno. No início, quando comecei a acompanhar todos os dias, esta tarefa com a turma diurna já era bastante difícil. Senti que ficava muito cansada e entendi o porquê da escala diferenciada. Os servidores fazem “12/60”, ou seja, trabalham 12 horas e folgam 60 horas, um dia trabalhado e dois de folga. Isto significa que quem inicia na segunda-feira, o próximo dia de trabalho é somente na quinta-feira. A partir daí, comecei a acompanhar as equipes desta forma. Acompanhava cada turma nos seus respectivos dias e não mais todos os dias conforme estava fazendo. Dessa maneira, conseguia acompanhar de forma contínua cada equipe, sem um intervalo grande entre cada uma. Permaneci mais com as turmas com as quais tinha maior proximidade. O mesmo se deu no período noturno. Fiquei, inicialmente, o máximo que pude no horário noturno para depois virar a noite com a equipe com a qual tinha mais afinidade.

Também estive presente em feriados e fins de semana quando possível. Procurei seguir as turmas conforme relatei, dando preferência as mais próximas pela facilidade em avançar e aprofundar as interações. No entanto, ocorriam trocas frequentes de plantão entre os servidores. Um podia “cobrir” um outro que estava impossibilitado de comparecer ao seu dia na escala. Desta forma, acabei convivendo com quase todos os servidores, independente da equipe escalada.

Os postos são constituídos de guaritas onde ficam os vigilantes ou porteiros. Quando não existem guaritas, há um balcão para acomodar o vigilante. Frequentei somente os postos de trabalho que contavam com vigilantes do quadro da UnB, como os postos da Reitoria e da garagem. Outros postos são ocupados por vigilantes ou porteiros de uma empresa terceirizada.

A equipe era dividida em um total de 6 turmas: três diurnas, chamada pelas letras A, B, C, e três noturnas, chamadas pelas letras X, Y, Z. Essas turmas funcionam num sistema de rodízio que explicarei em detalhes no capítulo 2. Ser pontual e cumprir o horário são características do trabalho de segurança. Assim, um coordenador considerou que estaria contratada para ser segurança porque cumpria com meu horário! Também vários vigilantes, por diversas vezes, relataram que eu deveria pedir transferência para esse setor porque já entendia o trabalho da vigilância. Progressivamente, notei que estava integrada e que estes percebiam meu envolvimento com o trabalho. Aos poucos, senti com satisfação que atingi o objetivo do meu trabalho etnográfico em campo, ou seja, ser aceita pelo grupo que queria conhecer.

É interessante notar que, no início, os vigilantes me perguntavam: “Então, quando vai começar a entrevista? ” Eu respondia: “Já começou. Você está falando o que eu ia perguntar, mas agora que te ouvi, tenho outras questões...”. Quando os questionava sobre essa atitude, ouvia deles as seguintes explicações: “É que a gente já viu isso. Um pessoal da economia veio aqui e entregou um questionário”. Assim, percebi que precisava explicar a diferença da minha pesquisa etnográfica em relação à experiência anterior dos meus interlocutores com “o pessoal da economia”.

1.4 REFLEXÕES SOBRE O CAMPO ETNOGRÁFICO

A experiência etnográfica implica em ouvir, acompanhar e participar do universo que pretendemos compreender melhor. A etnografia é um trabalho diferenciado com o qual os meus interlocutores não estavam familiarizados. Eu, tampouco, tinha experiência com esse método. No entanto, quando comecei a explicar o meu trabalho, senti que a narrativa fluía com mais tranquilidade, sem a pressa de acabar logo para responder a perguntas predefinidas. Assim, percebi que era importante esclarecer melhor o meu trabalho e enfatizar que ficaria um tempo com eles, que eles não deviam se preocupar com a minha presença e continuar a realizar seu trabalho conforme faziam.

A pesquisa foi engrandecedora. Acredito que a inserção em campo foi facilitada pelo fato de também ser servidora da universidade. No entanto, inicialmente, receei que o meu vínculo com a instituição pudesse me trazer dificuldades. Fiquei com receio de ser confundida com algum servidor dos recursos humanos que os tenha atendido mal. Lembrei-me das reclamações que recebi de vários servidores da universidade sobre a atuação deste órgão ao qual pertencço.

A questão de gênero também foi um elemento interessante da pesquisa. Como mulher, pensei inicialmente que teria dificuldades para me aproximar de um universo essencialmente masculino. Da minha parte, nunca senti dificuldade em lidar com homens. No entanto, não sabia se haveria algum receio por parte dos vigilantes, o que poderia dificultar o meu trabalho etnográfico. Fiquei tranquila em perceber que não senti dificuldades ou qualquer problema em relação a essa questão. Pelo contrário, achei interessante eles me falarem que a presença de uma mulher no posto de vigilante era importante porque lhes permitia lidar de modo mais fácil com algumas situações difíceis, por exemplo, a abordagem de mulheres no banheiro feminino.

Conhecia alguns servidores da área de segurança por ter convivido com eles anteriormente em atividades do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB). Quando ingressei na universidade, como assistente social, achei importante acompanhar as assembleias e discussões do sindicato, embora nunca tenha tido interesse em fazer parte da sua coordenação. Lembro-me de uma assembleia esvaziada na qual era discutida a prestação de contas. Na ocasião, eu e mais dois colegas psicólogos “gritamos” para que a prestação não fosse aprovada e conseguimos! Não me lembro se nessa ocasião estávamos contra ou a favor do coletivo, ligado aos servidores da segurança que hoje compõem a coordenação do sindicato, além da chefia do referido setor. No entanto, esta ligação com o

SINTFUB foi um fato importante que facilitou a aproximação com os vigilantes. Faço questão de destacar que fui bem recebida pelos servidores da segurança. A chefia desse setor também se mostrou favorável à minha pesquisa e pediu para que os servidores me auxiliassem, lembrando que eu era “uma servidora do quadro que escolheu falar sobre eles”.

Apesar dos meus receios, senti-me bem e adorei a experiência em campo. Tive muita satisfação em estar presente todos os dias no campo ao lado de pessoas que me inseriram em um novo universo. Participei de rondas e acompanhei ocorrências quando possível. Os servidores sempre me explicavam o que faziam e, em sua maioria, falavam bastante. Um vigilante, que no início da pesquisa declarou não ter interesse em participar acabou falando tanto que contribuiu muito com suas colocações.

Assim, ressalto que encontrei vários interlocutores cordiais e muito dispostos a colaborar. Fiquei surpresa com a atenção que recebi destas pessoas, tanto os servidores do quadro quanto os coordenadores, mas também dos demais vigilantes e encarregados da empresa terceirizada. Os policiais também foram cordiais e colaboraram. Embora tenham se mostrado mais discretos no início. Com um maior contato, eles começaram a falar e acrescentaram muito à pesquisa. Importante salientar que nessa relação com os policiais a “fama” de aluna da antropologia atrapalhou um pouco. Assim, no meu contato com os policiais, um deles iniciou dizendo que: “você da antropologia só ficam do lado do que não presta”. Ele se referia aos trabalhadores que estavam cumprindo liberdade assistida e trabalhando na fundação educacional (Governo do Distrito Federal - GDF). O policial era contra o fato de presos trabalharem na universidade porque, segundo ele, cometiam delitos na instituição. Deduziu que os antropólogos, segundo seus próprios termos, são a “favor de bandido”. Somente no decorrer da conversa, após eu ter esclarecido a minha posição e dito que também era assistente social, percebi menos provocações e um diálogo mais cordial ao ponto do mesmo policial terminar dizendo que não era contra a ressocialização dos presos, mas que não achava adequado a presença deles no campus porque atualmente havia muita “gente nova” ingressando na universidade e isso era uma ameaça para a “inocência da juventude”.

Como era de se esperar, alguns servidores foram mais acessíveis, demonstravam mais proximidade e deixaram que me aproximasse mais deles. Uma pequena minoria manteve-se mais afastada, mas seria errôneo dizer que não colaborou. Assim, não consigo identificar nenhum interlocutor que tenha deixado de me ajudar. Como relatei, até quem disse que não me ajudaria, acabou ajudando.

Alguns seguranças viam na minha pesquisa a possibilidade de fazer críticas e eu tinha interesse em ouvir tais reclamações. Lembro de um servidor que prontamente me questionou

de tal maneira que me senti defendendo minha monografia! Momentos como este me auxiliaram enormemente porque me fizeram pensar sobre o meu trabalho. Colocaram questões importantes que apresento nesta monografia. Assim, todos os meus interlocutores foram facilitadores da minha experiência em campo e agradeço a todos.

Ser aceita por meus interlocutores não impediu algumas gafes! Um dia, conversava com dois vigilantes no posto da garagem. Um deles me perguntou: “Quantos anos você tem?” Respondi minha idade cronológica, mas a pergunta se referia ao tempo de universidade! Ou seja, até esse momento, não havia entendido a linguagem dos meus “nativos”! Rimos muito do equívoco porque eles disseram: “Nossa! Você é a mais velha de todos nós!” Instantaneamente, pensei nos textos que li sobre a necessidade do antropólogo conhecer o idioma, a linguagem e os códigos do grupo que pesquisa. Depois desse episódio, sempre que perguntavam algo sobre idade/anos, sabia que era sobre o tempo na universidade.

Certa vez, um vigilante pediu minha identificação para começar a dialogar comigo. Achei a demanda importante porque estava aguardando há algum tempo por esse momento que não acontecia. Antes de fazer a pesquisa, quando pensava sobre segurança, tinha em mente um estereótipo de controle excessivo baseado na desconfiança. Assim, imaginei que a necessidade de identificação fosse algo muito corriqueiro. Embora exista sobre outras formas, essa ideia de controle não se mostrou muito saliente na relação que tive com os vigilantes que conheci.

Ressalto, também, o desgaste físico e emocional que vivenciei na atividade de campo. O cansaço foi intenso e percebi que o trabalho de campo exige muito. Exige muita concentração para “estar alerta” para qualquer evento. O trabalho de vigilante também demanda uma atenção permanente porque a qualquer momento você pode ser convocado e se deparar com algo desagradável, violento, ou com alguém fragilizado e há o dever de agir diante da situação. Da mesma maneira, também exige um esforço físico, já que as atividades comportam deslocamentos, às vezes a pé e por longas distâncias. Assim, presenciei deslocamentos longos no campus por falta de veículo para atender com rapidez às solicitações. Fiquei surpresa em encontrar somente 3 veículos, em péssimo estado, à disposição da vigilância da universidade para realizar todos os trabalhos. Os vigilantes ressaltaram muito essa grande dificuldade para exercer o seu trabalho, considerando ainda que quando estes veículos apresentam problemas, demoram para ser consertados e não existe uma frota de substituição. Ou seja, por falta de viaturas, é comum acontecerem rondas e atendimentos a ocorrências a pé.

Interessante notar que, durante a minha pesquisa de campo, fui convidada para participar de um momento importante e bastante instrutivo que discutiu a proposta de uso de drones. Por sugestão do setor de vigilância à Prefeitura, uma empresa brasileira, em posse de uma

tecnologia chinesa, apresentou o potencial do uso de drones para a segurança na universidade. Fiquei impressionada com a quantidade de recursos que esta tecnologia traz.

Também fui convidada para participar de algumas rondas pelo campus e gostei muito dessa experiência. Acabei conhecendo uma universidade que até então não imaginava. Geralmente, estas rondas consistem no deslocamento dos vigilantes em veículo para os postos no campus que necessitam ou que já contam com a presença de um vigilante do quadro ou da empresa. Por isso, sempre me foi dito: “se tiver um vigilante ou um porteiro, contamos com um esquema da segurança”.

Durante esses deslocamentos, os vigilantes contavam histórias dos lugares pelos quais passávamos. Não fazia ideia do cuidado que demandam alguns locais. O que vale ressaltar aqui é que o meu contato com a atividade da segurança me fez tomar consciência do quanto este serviço é fundamental para o funcionamento da universidade. Estes profissionais podem ser convocados para atender a qualquer evento que ocorra no campus e procuram responder a todas as demandas. Quando acontece algo que está fora da sua competência ou quando não possuem informação, orientam as pessoas para o setor apropriado.

Senti-me importante nas rondas e nos locais ao acompanhar os vigilantes. Percebi o quanto eles eram demandados. Só acompanhei ocorrências que não me colocavam em risco. Não fui autorizada a acompanhar aquelas consideradas perigosas, como uma denúncia de furto de carro num estacionamento. Neste caso, disseram temer pela minha segurança e confesso que fiquei com medo. Pensei o que fazer com o medo que senti. Não queria que esse sentimento interferisse no meu trabalho, mas também compreendi que ele faz parte da realidade dos vigilantes e me senti mais próxima deles. Vivendo com os vigilantes da UnB, percebi muitos dos sentimentos que descrevem a experiência do trabalho de campo e que, até então, só tinha conhecimento a partir da leitura dos textos. Percebi que somente a etnografia oferece a possibilidade de experimentar, na prática, esses sentimentos com intensidade. Assim, lembrei-me, por exemplo, de Favret-Saada (1990). Construí uma ligação intensa com os “meus nativos” para tentar acessar o universo deles e, como diz essa autora, fui “afetada” por eles.

Na escrita desta monografia, atribuí nomes fictícios aos meus interlocutores conforme acordado com eles durante o campo. Ao garantir o anonimato, a liberdade de “fala” é maior. O único vigilante identificado neste trabalho, com seu consentimento, é a liderança da categoria. Além do anonimato, foi importante dirigir-me aos meus interlocutores pelo termo de “senhor”, o que também reproduzo nesta escrita. Durante o meu campo, ao contrário do que poderia se pensar, esse uso formal possibilitou uma maior aproximação porque permitiu desconstruir a imagem de “estudante de antropologia” que senti na abordagem com os policiais e se reproduzia

na relação com os vigilantes no início do meu trabalho. Não considerei essa atitude preconceituosa por parte dos vigilantes, mas uma forma de proteção de sua identidade contra alguém desconhecido ou uma forma de suspeição (MUNIZ, 1999). Sendo também servidora da UnB, entendi que um tratamento mais formal era uma forma de reduzir as nossas diferenças.

Durante a pesquisa, privilegiei os relatos dos meus interlocutores, procurando dar voz aos “meus nativos”. O tema central da monografia é o trabalho dos vigilantes concursados da UnB e sua identidade como “vigilantes públicos” ou “seguranças orgânicos”. Procuro mostrar que essa identidade específica é influenciada por um *ethos* democrático da cultura universitária. Esses seguranças compartilham uma certa ideia de cidadania e liberdade, de autonomia que orienta e dá legitimidade a seu mandato profissional de servidor público federal. Essa identidade contrapõe-se à identidade dos vigilantes terceirizados e dos policiais, mas não deixa de ser marcada por ambiguidades e contradições.

1.5 SITUANDO O TEMA E ORGANIZANDO O TEXTO

A vigilância pública constituiu-se legalmente a partir da Lei nº 3.780 de 1960 com a classificação de cargos civil do Poder Executivo Federal em que constam as funções de vigilância com atribuições de zelar pelo patrimônio da União (BRASIL, 1960). A partir do Decreto nº 85.354/1980, a categoria foi classificada como “agente de vigilância” e suas atividades passaram a incluir o controle de pessoas como uma das atribuições do cargo. Neste mesmo decreto, foi incluída a exigência de concurso público, de provas e habilitação em cursos de formação na Academia Nacional de Polícia, após ingresso no cargo (BRASIL, 1980). A Lei nº 7.596 de 1987 (BRASIL, 1987a) e o decreto 94.664 de 1987 (BRASIL, 1987b) estruturaram como fundação e autarquia a universidade e instituições de ensino federal superior e definem o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para as instituições de ensino federal. A Portaria nº 397 de 2002, que cria a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho e do Emprego, foi referência para a Lei nº 11.091 de 2005 que estabelece o Plano de Carreiras e Cargos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino (PCCTAE) (BRASIL, 2005). Estes instrumentos definem as atribuições do cargo de vigilante público, incluindo a segurança de pessoas e exigências semelhantes às ações de polícia.

Na Constituição Federal de 1988, o artigo 144 trata da constituição da segurança pública no Brasil. A vigilância não figura na Constituição como os demais órgãos de segurança pública:

Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (BRASIL, 1988).

Por sua vez, a regulação da vigilância privada é competência do Ministério da Justiça que repassou a questão à Polícia Federal, conforme Decretos nº 1.592/95 (BRASIL, 1995) e 89.056/83 (BRASIL, 1983a). Esses decretos regulamentam a Lei nº 7102/83, que define a segurança privada, mas não aborda a vigilância pública nas universidades federais. No entanto, os vigilantes públicos interagem em suas atividades de trabalho com os órgãos da segurança pública e mantêm com eles várias relações que contribuem para a definição da identidade destes profissionais. Cabe destacar que, a partir desta lei, a segurança orgânica é caracterizada como uma modalidade da segurança privada que, em vez de atuar no âmbito de uma empresa, atua no setor público (BRASIL, 1983b).

Nas ciências sociais de modo geral e na antropologia em particular não encontrei estudos sobre o tema da identidade dos vigilantes públicos, o que dificultou o diálogo com a literatura. A maioria dos estudos que tratam da vigilância, sejam eles análises de casos ou abordagens mais teóricas, discutem a vigilância privada. Esses estudos abordam aspectos econômicos, como o vínculo dos trabalhadores terceirizados (JACOBSON; CORDEIRO, 2015), a relação destes mesmos com a gestão da segurança e o uso da tecnologia da informação (STELZER et al., 2016). A área da vigilância pública tem sido abordada essencialmente a partir da perspectiva da gestão organizacional, como em Nascimento (2006) e Rodrigues (2010).

Segundo Costa e Lima (2014), a produção de pesquisas nas ciências sociais sobre o tema da segurança pública foi intensificada a partir dos anos 70. Os estudos sobre a violência, crime, polícia, e a atuação das forças armadas contaram com a contribuição de cientistas sociais, sociólogos e antropólogos. No caso da sociedade brasileira, a partir dos estudos de Da Matta (1997), Kant de Lima (2008) é possível analisar como a formação dos policiais é caracterizada pela partilha de valores culturais característicos de uma sociedade hierarquizada, preconceituosa e desigual. Muniz (1999) discutiu a influência dos valores militares na cultura institucional da Polícia Militar brasileira e Ponciani (2007, 2014) analisou a identidade profissional destes agentes por meio das representações sociais predominantes, repassadas nas academias de formação.

A dificuldade em se definir o conceito da segurança pública na legislação brasileira é discutida por Costa e Lima (2014) que salientam a amplitude do tema segurança na esfera social. Para estes autores, essa abrangência é uma questão importante que impede o avanço do tema e contribui para os equívocos estabelecidos nas políticas públicas da área. Esses autores trazem um panorama que permite compreender o universo da vigilância.

A partir de uma perspectiva antropológica, também procurei compreender como esse coletivo de vigilantes, servidores públicos da Universidade de Brasília, se identifica e se define, isto é, como esses servidores definem sua identidade social. Desse modo, a questão da identidade social é uma dimensão central deste trabalho. A identidade é um tema clássico das ciências sociais e da antropologia. A discussão em torno do tema da identidade será objeto do capítulo 3.

A monografia está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, abordo a criação da Universidade de Brasília e do setor de segurança na instituição. Interessa-me, principalmente, os relatos dos vigilantes sobre a história da UnB e as mudanças evidenciadas ao longo do tempo em suas atividades. O capítulo 2 apresenta a organização e o funcionamento do setor de segurança na Universidade de Brasília, discute as principais atribuições desses servidores e as ocorrências que eles devem atender. Por fim, o capítulo 3 discute a identidade dos vigilantes públicos da UnB, procurando evidenciar os valores que constroem sua identidade e as diferenças que eles salientam quando procuram se distinguir de outros atores que trabalham com a vigilância, principalmente os vigilantes do setor privado, mas também os policiais militares.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DA VIGILÂNCIA NA UNB

A história da vigilância da Universidade de Brasília se confunde com a história da própria universidade da qual ela faz parte. Inicialmente, na criação da universidade, os trabalhadores das obras do campus foram contratados para trabalhar no setor de vigilância.² Posteriormente, com base na Lei nº 3.780/60, que regulamentou a classificação de cargos do serviço civil do Poder Executivo, entre eles o cargo de segurança (BRASIL, 1960), e o Decreto nº 85.354/80, que regulamentou as atribuições da vigilância no grupo de atividades de nível médio, passou-se a exigir concurso (BRASIL, 1980).

O vigilante mais antigo atualmente no cargo ingressou em 1977 e tem 41 anos de trabalho na universidade. Para entrar na função, fez uma prova de português e matemática porque, nessa época, o cargo exigia estudos até a quarta série do ensino fundamental. Ou seja, mesmo antes do ordenamento legal atual, já havia uma forma de seleção baseada em conhecimentos básicos para exercer a função de segurança. O último concurso público para essa área na Universidade de Brasília foi realizado em 1994, ano de ingresso do vigilante mais novo atualmente no cargo.

Os concursos para o setor de vigilância eram externos e internos. Em sua maioria, os relatos sobre esses concursos apontaram para avaliações constituídas de três etapas eliminatórias. Primeiro, uma prova escrita com conteúdo de matemática, português e a elaboração de redação. A segunda etapa era uma avaliação física que ocorria no Centro Olímpico e a terceira um teste psicotécnico. A exigência inicial do ensino básico passou-se a ser substituída pela exigência do ensino fundamental completo. Os Decretos nº 85.354 de 1980 e 85.685 de 1981 também passaram a incluir a realização de curso na Academia Nacional de Polícia, após ingresso no cargo de vigilante (BRASIL, 1980, 1981). Assim, as atribuições dos vigilantes começaram a extrapolar as atividades restritas à proteção do patrimônio. Embora não houvesse a necessidade de especialização para realizar o concurso, depois do ingresso, os vigilantes tiveram que fazer um curso na Polícia Federal, em 1987, e outro na Polícia Civil, em 1998.³ Estes cursos abarcavam as temáticas de direitos humanos e cidadania, investigação policial e criminalística, primeiros socorros, tiro, defesa pessoal, segurança nas instalações

² A título de curiosidade, segundo meus interlocutores, o nome da construtora responsável pelas obras da universidade era OCA. Algumas áreas da UnB, como as situadas no prédio da Diretoria, chamam-se OCAS porque seguiam a ordem de construção dos prédios: OCA 1, OCA 2, etc.

³ Com o Decreto nº 85.354/80, instaura-se a exigência de concurso público de provas e posterior habilitação em curso de formação na Academia Nacional de Polícia como critério para ingresso da categoria funcional de agentes de vigilância.

físicas, dentre outros. Os cursos foram considerados importantes para os vigilantes, pois permitiram balizar sua conduta na rotina do trabalho.

Embora não houvesse um impedimento formal, mulheres não prestavam os concursos para o cargo de vigilante. Segundo os relatos dos meus interlocutores, nos anos 80, havia somente uma mulher no cargo de vigilante. Ela foi redistribuída do Rio de Janeiro e acabou não ficando no setor de vigilância, passando a exercer outra atividade dentro da universidade. Um vigilante considerou difícil o fato de uma mulher desempenhar a atividade de vigilância à época, porque não se tinha o costume de respeitar a mulher como acontece atualmente. Enfatizando que não compartilhava dessa opinião discriminatória, mas, segundo ele, o contexto histórico era desfavorável.

Ao narrarem a história do setor de vigilância da Universidade de Brasília, os meus interlocutores ressaltam três períodos: o momento de criação da instituição, a ditadura militar e a redemocratização do país. Como mostrarei a seguir, cada um desses períodos é marcado por características próprias.

1.1 A FORMAÇÃO DA UNB E SEUS IDEAIS

A criação da Universidade de Brasília ocorreu em 1961 pelo Presidente João Goulart na forma da Lei nº 3998/61 e inaugurada em 21 de abril de 1962 (BRASIL, 1961). A universidade foi idealizada, a pedido do presidente Juscelino Kubitschek, por Anísio Teixeira que dirigia o Ministério de Educação e elaborou o Plano Educacional para Brasília. Anísio esboçou um anteprojeto para a universidade e entregou para o antropólogo Darcy Ribeiro sua livre condução.

As memórias dos atuais vigilantes da Universidade de Brasília acerca deste período de fundação da instituição originam-se das lembranças que lhes foram transmitidas por seus colegas que trabalhavam naquela época e que estão atualmente aposentados ou falecidos. Embora não tenham vivido esse tempo, os relatos sobre a origem da universidade foram destacados por vários vigilantes, configurando uma forma de memória coletiva. Nenhum dos meus interlocutores participou do momento inicial da universidade, mas, ao falar sobre esse período, é comum um vigilante iniciar o relato e solicitar a um colega que continue com a descrição de algum evento específico, como se ambos estivessem presentes à época. Assim, relatam, por exemplo, que Anísio Teixeira dava aula debaixo das árvores porque as salas não estavam prontas. Dizem que, à época da inauguração da universidade, o sentimento era de correria e disposição para concluir o projeto ideal da UnB. Muitos professores e funcionários

trabalhavam incansavelmente, até nos finais de semana, porque todos queriam que a universidade “saísse do papel”. Os vigilantes explicam que ocupar o campus com as obras e as aulas era de suma importância para garantir a implantação da universidade.

Muitas informações trazidas pelos vigilantes também podem ser encontradas no livro “A universidade interrompida: Brasília 1964 – 1965” de Salmeron (2012). Segundo este autor, Lúcio Costa, urbanista e arquiteto, convidado por Juscelino, idealizou uma universidade para Brasília prevendo, desde o seu projeto inicial, a sua importância para o desenvolvimento de uma vida intelectual para a cidade (SALMERON, 2012, p. 37).

Lúcio Costa inspirava-se em outras metrópoles como Inglaterra e Estados Unidos, e almejava formar um núcleo de irradiação cultural aberto para a formação de espíritos criadores. Queria que o campus pertencesse ao conjunto cultural do país, que ele fosse aberto ao público da cidade de Brasília. Para tanto, destinou 257 hectares na região da Asa Norte para o campus universitário. Os servidores têm uma clara consciência dessa concepção inicial e do ideal que levou à criação da UnB:

Você sabe o tamanho do campus? Não, né? É muito grande. Quase 300 hectares. É quase a Asa Norte toda. A UnB é enorme e foi construída para ser uma cidade mesmo, e uma referência para a cultura do país por isso este tamanho todo. (Sr. Ângelo, out. 2017).⁴

Salmeron (2012) também questionou o tamanho da área destinada à UnB. Ressaltou sua grande extensão para uma universidade e viu nessa dimensão, segundo ele exagerada, um problema. Para este autor, o espaço imenso demandava um número excessivo de estudantes e servidores e tornaria sua administração ineficiente. Também percebi esta preocupação no discurso dos vigilantes quando afirmaram que:

O tamanho da Universidade é maior que muitas cidades. Aqui, é tudo grande. Brasília é assim. Veja a Esplanada. A ideia era o tamanho, a importância, só que isso também trouxe maior quantidade de trabalho para todo mundo aqui. A UnB precisava de muita gente para fazer o serviço. (Sr. Bernardo, out. 2017).

Um dos vigilantes trouxe um detalhe interessante. Em seu relato, disse que no momento de fundação da universidade havia uma igreja que foi incendiada. Contou que ouviu a história de um colega, hoje aposentado. Quando ainda na ativa, o colega lhe contou que o prédio da igreja foi incendiado no início da criação da universidade. Encontrei referências a este incidente no livro de Salmeron (2012). O autor explica que o prédio era o Instituto de Teologia Católica, organizado pelo frei Mateus Rocha (um dos reitores da UnB). Segundo Darcy Ribeiro, o

⁴ O anexo B refere-se ao mapa da UnB e o anexo C ao mapa de Brasília localizando a UnB.

edifício foi criado com o intuito de “[...] neutralizar a iniciativa da Igreja para fazer uma universidade católica em Brasília. ” (Salmeron, 2012, p. 97). No golpe militar de 1964, foi incendiado sem que se descobrisse o motivo e o responsável.

O projeto de criação de uma universidade em Brasília não era unanimidade. Algumas pessoas se opunham à ideia por considerar a presença de estudantes próximos ao governo uma ameaça. Um dos vigilantes relatou que “queriam a universidade fora de Brasília para que os estudantes não pudessem manifestar e invadir com mais facilidade os órgãos públicos”. Os vigilantes disseram, ainda, que os estudantes da UnB eram considerados perigosos porque podiam se organizar de forma rápida. Talvez aqui já se vislumbrasse a preocupação que viria a ocorrer com o início da ditadura e a ocupação militar no campus pelos militares em 1964.

A Universidade de Brasília foi pensada para promover a emancipação progressiva da cultura nacional, inovando na concepção de um saber integrado, contrariando a forma rígida e isolada com a qual os conhecimentos eram até então disponibilizados nas universidades do Brasil. Assim, áreas de conhecimento comuns, que pertenciam a mais de uma faculdade, ficariam juntas, num desejo de economia na alocação de recursos humanos e materiais, mas também para possibilitar uma maior integração do conhecimento, facilitando o tempo de estadia nos cursos. Segundo um dos meus interlocutores: “A UnB foi inovadora na forma de juntar o conhecimento. As outras universidades não eram como aqui, que tem os institutos e faculdades juntas aqui no ICC⁵ não! Só depois que copiaram a UnB”. (Sr. Ângelo, out. 2017).

Assim, a Universidade de Brasília foi criada priorizando as relações entre ensino e pesquisa para a formação de pessoas críticas e visando à integração dos saberes com a articulação entre as unidades de conhecimento, isto é, os institutos e as faculdades. Os institutos de pesquisa deviam se integrar à universidade. A UnB inovou no Brasil quando propôs a estrutura de divisão em institutos centrais e faculdades. Este ambiente inovador da universidade devia estimular o compartilhamento de informações, buscando a integração entre pesquisa, ensino e extensão à comunidade de Brasília. Como meus interlocutores demonstraram saber: “A universidade foi concebida para integrar o conhecimento e devolvê-lo para a comunidade. As pesquisas que se fazem aqui são importantes e devem servir para o Brasil e para o mundo”. (Sr. Santiago, nov. 2017).

Sr. Vinicius salientou que “O ambiente universitário, desde o início de sua criação, foi um ambiente de flexibilidade, de diálogo, de criação, de experimentação. Isso é muito diferente de qualquer outro trabalho. Aqui sempre se produziu ideias. ” (Sr. Vinicius, out. 2017). Este

⁵ Instituto de Ciências Centrais, conhecido popularmente como “minhocão”.

relato demonstra o ambiente de integração que a universidade propiciou a estes servidores que se sentiram afetados por estes princípios, por sua missão de inovar, criar, de ser referência cultural e de facilitar o acesso ao conhecimento. Todas estas características inovadoras da Universidade de Brasília serviram para inspirar o setor de segurança na definição de sua identidade e na configuração de suas atribuições. A segurança teve início neste ambiente de conhecimento:

Conhecendo a história da UnB, quando entramos aqui, percebemos que a gente estava em um lugar especial, importante. A gente se sentiu importante também e pensamos em aproveitar esse ambiente, esse lugar. Eu vinha para o trabalho motivado e pensando em como trabalhar melhor. (Sr. Gustavo, jan. 2018).

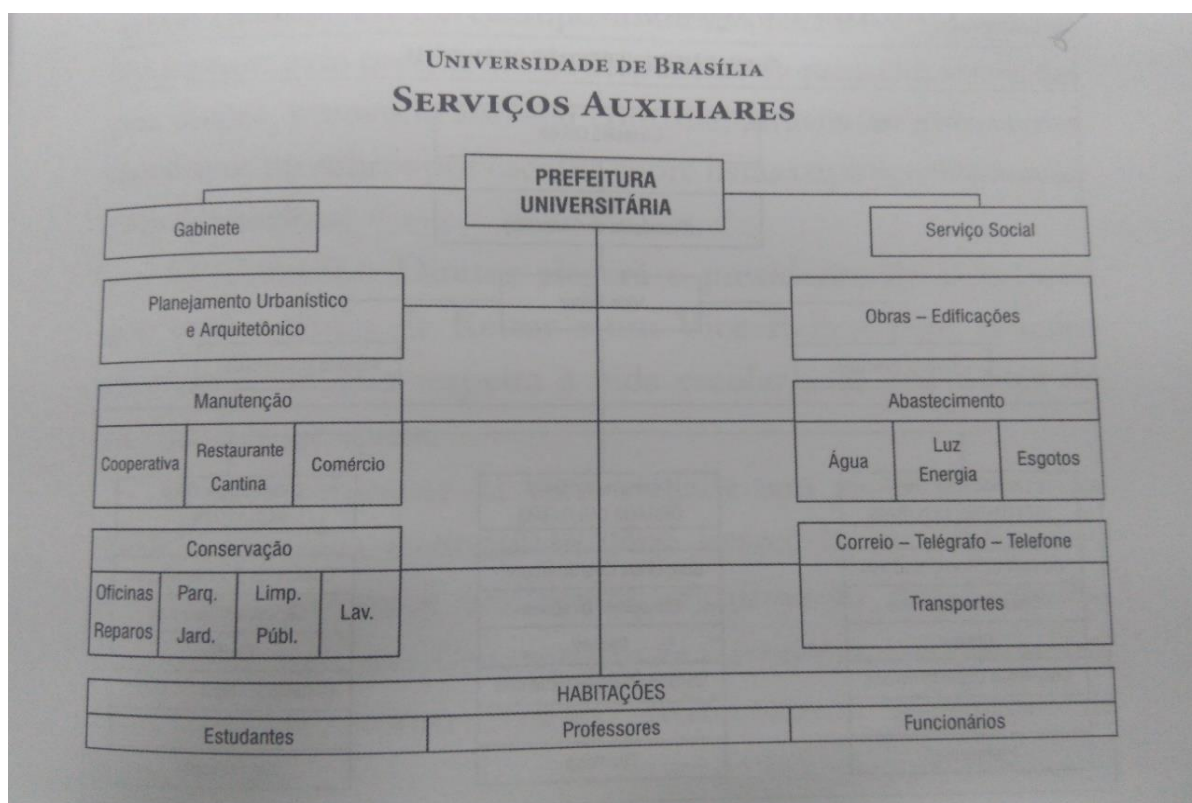
Ressalto a satisfação que meus interlocutores trouxeram nestes relatos. Mesmo não tendo presenciado o início da universidade, eles sabem muito da história de fundação da UnB e se orgulham dela. Eles se sentem parte da UnB, percepção que se mantém pela memória de sua importância para a sociedade.

No decorrer desta monografia, veremos que os vigilantes que trabalham atualmente no setor de segurança da universidade relatam ter sido influenciados pelos ideais do ambiente acadêmico, de reflexão e inovação. Esses valores os influenciaram na formação de sua identidade e eles procuram se articular e discutir o próprio trabalho dentro da instituição, tendo como base a integração e a liberdade, a importância complementar do saber proveniente da união da teoria e da prática. Este panorama de criação da Universidade de Brasília é importante para compreender o que os vigilantes pensam sobre o ambiente no qual estão inseridos. Suas concepções sobre a origem da UnB e os ideais que marcaram sua criação se destacam nos relatos. Essas memórias informam o conhecimento que os vigilantes têm sobre a instituição e a maneira como eles percebem seu trabalho.

Mesmo que nenhum vigilante tenha participado, em 1962, na inauguração da universidade, os valores dessa época continuam presentes nos vigilantes atuais que perpetuam a história da UnB. Os meus interlocutores dizem, por exemplo, que os vigilantes da época foram convidados a ingressar como pedreiros na obra de construção da universidade e passaram a ser responsáveis pela segurança dos prédios em construção e recém-construídos. Eles eram responsáveis por garantir o patrimônio da universidade. Suas atividades prioritárias eram o controle de acesso aos prédios e a vigilância dos materiais usados nas obras. Estes vigilantes pioneiros transmitiram oralmente aos seus colegas suas experiências de trabalho e os valores que os guiavam. Os relatos desses pioneiros sobre os primeiros anos da universidade, assim como a concepção que eles tinham da instituição, foram incorporadas por seus sucessores.

Desde sua criação, o setor da vigilância da universidade esteve ligado à Prefeitura do Campus que foi concebida para administrar a cidade universitária e gerenciar seu espaço. No momento de criação da UnB, o setor da segurança fazia parte da Diretoria de Serviços Gerais da Prefeitura sem, contudo, aparecer no seu organograma, conforme a Figura 1 abaixo. Esta Diretoria incluía a segurança, o transporte, a limpeza e a jardinagem. Era uma superintendência responsável por toda a infraestrutura do campus. Estes setores trabalhavam de modo ininterrupto na universidade. A vigilância, portanto, compunha um órgão auxiliar dentro da estrutura organizacional da universidade.

Figura 1 - Organograma de Serviços Auxiliares da Universidade de Brasília



Fonte: Ribeiro (1961)

1.2 CONTROLE MILITAR E RESISTÊNCIA PASSIVA: A VIGILÂNCIA DURANTE A DITADURA

Em abril de 1964, com o início da ditadura no Brasil, a Universidade de Brasília foi invadida pelas tropas militares. O vigilante mais antigo atualmente no cargo ingressou na função em 1977 durante a ditadura. Não foi o único a vivenciar esse período. A grande maioria (90%) ingressou entre os anos 70 e meados de 80, quando o controle militar ainda era forte. Os reitores eram nomeados pelos militares e apoiadores desse sistema. Durante a ditadura militar,

a universidade interrompeu sua trajetória enquanto local de irradiação de saber cultural, de criatividade e espaço aberto à comunidade (Salmeron, 2012). Este cenário modificou a atuação dos vigilantes que passaram a ser observados e controlados. A estrutura de manutenção do sistema de gestão da universidade, nesse período baseava-se no controle promovido pelos militares que viam o setor de vigilância como uma importante extensão de seu trabalho. Por meio dos vigilantes, os militares almejavam controlar a universidade. Para tanto, passaram a controlar a rotina de trabalho dos vigilantes de forma ameaçadora e irredutível: “Era muito rígido, e a gente tinha que perguntar tudo, anotar tudo, eles decidiam. A gente cumpria. Não tinha briga, não tinha discussão porque não tinha espaço. Era mandado embora.” (Sr. Jânio, dez. 2018).

O discurso sobre o domínio militar aparece em todos os relatos. O tempo da ditadura está fortemente presente nas memórias e todos os vigilantes que conheci relataram como viveram este período. Dizem, por exemplo, quer eram colocados em permanência sob suspeição e relatam que tiveram que se adequar a muitas exigências dos militares:

Na época dos militares, a gente não podia trabalhar e estudar aqui. Você tinha que escolher, tinha que fazer universidade particular, era uma dívida eterna porque não tinha crédito educativo. Era assim, se você passasse no vestibular, tinha que pedir demissão, ou desistia do curso. (Sr. Ângelo, out. 2017).

Antigamente, eu não podia falar. Por exemplo, o Azevedo não deixava a gente conversar. Ele era Capitão de Mar e Guerra. Se ele descesse aqui essa rampa e visse a gente conversando aqui, ele ligava para o meu chefe e falava - O fulano e a fulana não têm serviço não? Porque estão batendo papo na escada! (Sr. Pedro, nov. 2017).

A “vigilância sobre os vigilantes” era ininterrupta. A intensidade do controle atingia níveis intensos: “Os militares vigiam a conduta deles mesmos e da gente também. Na época dos militares era difícil trabalhar porque a gente era vigiado, os fiscais não deixavam ninguém cochilar”. (Sr. Denair, dez. 2017).

No militarismo, eles eram tão cíntes que o povo não gostava deles que o reitor militar...primeiro, digo que toda a água que abastecia a UnB era daquela caixa ali em cima que hoje está desativada e, nós ficávamos com a chave de lá, e, se ele passasse lá e tivesse alguém lá dentro sem que ele tivesse autorizado!! Até a gente precisava de autorização dele para entrar! Nem que fosse verbal! Se ele descobrisse que alguém entrou, ele batia aqui com medo de alguém envenenar a água! É a perseguição, quem faz fica com receio da contrapartida! (Sr. Vasco, nov. 2017).

Durante o período da ditadura, os relatos destacam a figura do General Azevedo ou Reitor José Carlos de Almeida Azevedo. Formado em engenharia e arquitetura naval, física e engenharia nuclear, capitão-de-mar-e-guerra da marinha, ele assumiu a universidade de 1976 a

1985. Sua gestão é lembrada nos relatos pela repressão e controle característicos do regime autoritário militar. Os vigilantes enfatizam que não serviram como “espiões”, pois eram controlados em permanência e considerados suspeitos. A suspeição, o controle e a repressão são características fortes do *ethos* militar que foi repassado para as polícias militares (MUNIZ, 1999).⁶ Mesmo no final da ditadura, o controle ainda era forte. O relato do Sr. Marccone fala sobre a tentativa de retomar o processo democrático no país e o impacto dessa medida na universidade:

A universidade foi tomada pelo exército brasileiro como medida de emergência pela emenda Dante de Oliveira em 1984 que proclamava o Brasil para as eleições diretas para Presidente e isso impediu o meu ingresso no cargo de vigilante. E, para evitar manifestações, e as universidades eram os principais focos, o então Ministro de Estado do Exército, General Nilton Cruz, decretou as medidas de emergência e cercou toda as universidades e evacuou todas as universidades, mandou todo mundo para casa. Estudante, professor e funcionário. A UnB ficou vazia, isso foi em 84, março e abril. (Sr. Marccone, nov. 2017).

Durante a ditadura militar, a atividade da vigilância resumia-se, basicamente, ao controle de portaria, ou seja, controlar o ingresso e saída dos prédios, zelando pelo patrimônio material da universidade. A rotina de trabalho incluía a preservação das salas e dos equipamentos contidos nos prédios: “A gente tinha que olhar tudo, entrar em todas as salas, banheiros para verificar se estava tudo em seu lugar, se não tinha nada quebrado, ninguém podia usar o espaço sem autorização.” (Sr. Denair, dez. 2017).

A escala de trabalho diurna exigia cinco dias de trabalho para um dia na semana de folga, com dois turnos de 6 horas. O turno matutino iniciava das 7 horas até as 13 horas com a primeira turma. Das 13 horas até as 17 horas, assumia a segunda turma, correspondendo ao turno vespertino. O horário noturno compreendia 12 horas de trabalho, iniciando às 19 horas até as 7 horas do dia seguinte, com dois dias de trabalho para um dia de folga. Os vigilantes informaram que essa escala era desgastante, cansativa. Para folgar no domingo era necessário trabalhar de 40 a 45 dias seguidos. Relataram, ainda, que não conseguiam descansar e recuperar a saúde para retornar ao trabalho. Avaliaram que o fato de serem jovens os ajudou no cumprimento desta penosa rotina. Ressaltaram que estavam sempre sob pressão e controle dos militares em suas atividades. Como afirmou Sr. Selton: “Não era permitido transitar pelo prédio. Você era obrigado a ficar dentro do seu posto e não sair. Era desgastante”. (Sr. Selton, nov. 2017).

⁶ Estas características serão discutidas no capítulo 3.

Uma atribuição interessante que os vigilantes desenvolveram no início de suas atividades era a de telefonista. Depois das 18 horas, a linha telefônica geral da universidade passava a desviar as chamadas para a linha do setor de segurança. Ao falar dessa atribuição, os meus interlocutores reclamaram da dificuldade para encaminhar as solicitações que recebiam. “A gente já atendeu gente chorando, que perdeu prova, pai procurando filho, e o pior é quando liga gente de outro país, estrangeiro, falando inglês... aí até que vai, mas e o chinês!! Já aconteceu!!” (Sr.Gustavo, jan. 2018).

Importante salientar que os vigilantes que ingressaram até 1994, data da última convocação do concurso, e que, por essa razão, não presenciaram a interferência direta dos militares, também sustentam os mesmos relatos. Alguns fazem uso de sua trajetória no serviço militar obrigatório para entender esse período da ditadura e, mesmo não tendo vivido esse tempo na universidade, se identificam com a situação vivenciada pelos vigilantes mais antigos: “Eu servi na polícia do exército e foi pancada. Aqui, quando entrei já estava acostumado”. (Sr. Rômulo, dez. 2017). Ou seja, mesmo não tendo trabalhado como vigilante na universidade durante a ditadura militar, esses interlocutores usam sua história pessoal e suas experiências de vida fora da universidade para falar sobre esse período do governo militar. A influência do regime militar se manifestou ainda durante muitos anos após o fim da ditadura:

Eu não servi o exército, mas, quando cheguei aqui, em 94, ainda tinha muita presença dos militares. Tinha gente que foi colocada aqui pelos militares e nunca saiu. Quero dizer, o último veio aposentar a quatro anos atrás e era um cara que sabia o nome de todo mundo, sabia até a matrícula! (Sr. Ramon, nov. 2017).

Assim, o impacto do período militar está presente em todos os discursos dos vigilantes. Os relatos descrevem como a universidade sofreu com a dura intervenção da ocupação militar. Nesse período, observa-se um desmonte do ambiente de liberdade, fundamental para criar um saber integrado como havia sido planejado na criação da universidade. Para os militares, a reunião de pessoas era vista como uma ameaça. Assim, as principais características inovadoras da fundação da universidade, como a integração e a liberdade, foram atacadas com as medidas de controle impostas pelos militares. Como afirma Salmeron (2012), a Universidade de Brasília, desde sua concepção, foi considerada perigosa e seu maior controle era uma necessidade para um regime totalitário.

No entanto, um outro discurso também apareceu nos relatos dos vigilantes. Apesar de se mostrarem muito críticos com o controle excessivo e a falta de liberdade, os interlocutores também dizem que a situação era melhor no período dos militares, em matéria de recursos: “A gente tinha tudo para trabalhar com os militares. Os recursos como rádio, viatura, uniforme,

tudo que precisava para trabalhar. Além de exigirem o respeito às normas que aqui está difícil. Disso eu sinto falta. ” (Sr. Mateus, nov. 2017). Existe muita reclamação quanto ao tratamento dado aos vigilantes por parte da gestão militar, mas eles também reconhecem que o seu trabalho era valorizado e reconhecido, lamentando não ser mais o caso atualmente.⁷

Os vigilantes informaram que a remuneração foi um grande motivador para o ingresso no cargo. Dizem que, nos anos 80: “[...] o salário era muito bom. Era corrigido a cada seis meses e a gente acabava ganhando em dobro, era tanto dinheiro que não sabia o que fazer! ”. (Sr. Marcone, nov. 2017). Além da boa remuneração, havia o status por trabalhar na universidade. O reconhecimento por ser funcionário da UnB foi apontado como forma de “regalia” no comércio, por exemplo, as compras eram facilitadas. Os interlocutores dizem que um funcionário da UnB ganhava mais do que um funcionário do Senado Federal. Segundo eles, o salário e o reconhecimento social eram formas de incentivo para a permanência desta categoria na universidade.

De forma geral, existia um controle dos militares sobre os vigilantes que também eram dirigidos como militares. Eles eram treinados para fazer o trabalho segundo as regras estabelecidas pelos militares e os que não conseguiam ou não aceitavam eram simplesmente demitidos. Essas exigências instauraram um clima de insegurança e uma resposta inusitada: a resistência passiva. Permanecer na função era um desafio para os vigilantes. O simples fato de permanecer na universidade era uma maneira de resistir ao regime imposto. Não ser mandado embora era um ato de resistência. Muitos não conseguiram cumprir com as exigências. Quando falhavam, eram imediatamente demitidos. Os que permaneceram continuaram com esta atitude de resistência passiva e de resiliência que os fortaleceu: “Era ficar para não ser mandado embora e também para vencer, para não perder, era lutar do jeito que se tinha, esperar passar porque é assim, a gente queria vencer ficando”. (Sr. Vinicius, out. 2017). Assim, no período da ditadura, a postura dos vigilantes foi a de procurar permanecer no cargo para, posteriormente, no período democrático, atuarem como categoria mobilizada e propositiva. Aprenderam a resistir à ditadura para lutar melhor por seus direitos com o advento da democracia.

1.3 A VOLTA DA DEMOCRACIA: ORGANIZAÇÃO E CONQUISTA DE DIREITOS

Com a volta da democracia, os vigilantes organizam-se para conquistar direitos. Em 1987, em consonância com as medidas que tentavam redemocratizar o país, a UnB recebeu a

⁷ Este relato expõe uma ambiguidade do discurso da vigilância que será explorado no capítulo 3.

39ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Com o tema “O futuro do Brasil Hoje”, esse encontro foi fundamental na organização dos vigilantes na luta pelos seus direitos. Os meus interlocutores dizem ter ficado maravilhados assistindo à apresentação de tantas pesquisas e acompanhando a movimentação de tantas pessoas no campus:

Eu fui assistir uma palestra de um cara de outro país. Muito interessante. Falava sobre saúde. Era uma pesquisa de ponta e todo mundo junto em prol do conhecimento. Achei incrível. Me senti privilegiado por estar ali. Eu e os estudantes que estavam ali, estavam maravilhados. A partir daí pensamos em fazer algo para a gente discutir. Assim, levando o conhecimento e compartilhando. Por isso que criamos um encontro para os vigilantes de todas as universidades do país e montamos o nosso Seminário que acontece todo ano em algum local do país. (Sr. Francis, nov. 2017).

Estimulados por esse encontro da SBPC na UnB, os vigilantes organizaram sua categoria e criaram o Seminário Nacional de Segurança das Instituições de Educação Superior que passou a ocorrer anualmente⁸. Influenciado pelo espírito da Universidade de Brasília, este seminário é considerado uma importante medida para disseminar o conhecimento e obter ganhos para a categoria, unificando os discursos de reivindicação e fortalecendo suas ações em nível nacional. Criado em 1987 pelos vigilantes da Universidade de Brasília, o evento procura discutir questões pertinentes à categoria: atribuições, planos de carreira, dificuldades inerentes à atividade de acordo com cada realidade local, estratégias para confrontar os desafios, etc. Visa promover a unificação e o fortalecimento da categoria numa articulação nacional para discutir temas relevantes para a atuação da vigilância nas universidades públicas. Essas mobilizações garantiram a conquista de direitos. Entre os ganhos mais relevantes está a conquista de uma escala de trabalho diferenciada que apresentarei detalhadamente no capítulo 2.

⁸ O lugar do evento é escolhido no evento anterior. Este ano, o seminário ocorreu na UnB no mês de agosto.

Figura 2 - Seminário na Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN/1990



Fonte: Diretoria de Segurança – DISEG. UnB (2018)

A busca por um espaço próprio e adequado para o funcionamento do setor de segurança também foi destacada pelos vigilantes como um exemplo de resistência, luta e conquista:

Esse prédio que temos hoje aqui foi resultado de muita luta. Aqui, já foi uma cooperativa, uma creche, um alojamento. Na época que começou a construção aqui no campus, a Reitoria era na Faculdade de Educação e este prédio nosso eram quitinetes que tinham banheiro. Você podia ver pelas instalações elétricas aqui nos canos. Porque era aqui que ficavam os professores que vinham do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo para dar aulas. Eles ficavam aqui em cima. Depois que eles saíram, nós subimos e chegou a funcionar aqui no andar de baixo uma cooperativa e depois uma creche. A gente ocupou embaixo depois, quando quiseram transformar esse prédio em um museu. Colocaram até a placa com a gente aqui, mas nós não saímos. Já quiseram deixar a gente em um galpão, lá na prefeitura, e os coordenadores tiveram que ir, mas nós permanecemos aqui e não saímos. Limpamos tudo aqui, deixamos um caminhão cheio de cadeiras e outros materiais que estavam aqui embaixo e ocupamos. A gente não iria sair sem ter um lugar com o mínimo de condições para trabalhar. Se aqui já é difícil, sair assim não dá. A gente bateu o pé e ficou. (Sr. Pedro, nov. 2017).

Nesta história de luta pelos direitos, um vigilante em particular merece destaque. Trata-se do Sr. Edmilson Rodrigues de Lima, conhecido simplesmente como Lima. Este vigilante foi apontado por todos os seus colegas, incluindo os terceirizados, como sendo uma figura central para representar o movimento. Formado em filosofia, Lima foi um dos idealizadores do mencionado seminário. Envolvido com a luta sindical na universidade e, de forma intensiva, na

categoria, ele foi citado como uma das maiores referências sobre a vigilância universitária no Brasil. Em 1993, Lima foi candidato ao cargo de reitor na Universidade de Brasília. No depoimento a seguir, ele apresenta um breve relato de sua trajetória e das razões que o levaram a se candidatar ao cargo mais alto da universidade:

Entrei na Universidade em 1980. Atravessei o processo de democratização pelas Diretas Já em 84. Criamos a ATAFUB⁹ em 20/12/85. Participei, querendo ou não, do primeiro processo de eleição para reitor. Eu talvez tenha sido o segundo membro com direito à voz no Conselho Universitário que hoje nós temos a representação de nove funcionários e, eu era tão chato! Na reunião do CONSUNI¹⁰, eu pedia voz, falava e sugeria, né! Então, tivemos a primeira eleição e o professor Cristóvão ganhou. Tinha 27 candidatos. Pela primeira vez, nós tínhamos eleição para vice-reitor e concorreu um funcionário a vice-reitor que era do CPD¹¹, pessoa de confiança do Azevedo. O Todorov, professor do IP, ganhou como vice-reitor. Na próxima eleição, nós já tivemos uma eleição composta de chapa. Então, nós tivemos o professor Ibanez, candidato, e o professor Eduardo da Faculdade de Saúde, candidato a vice-reitor. E era uma chapa que tinha mais os decanos. Teve a eleição e o professor Ibanez ganhou. Quando foi ter a terceira eleição, no estatuto da Universidade de Brasília, permitia o direito do TA [Técnico Administrativo] concorrer. E aí nós ocupamos esse espaço, né? Aí, nós disputamos a eleição em 93. Era eu, o professor Teatini da Engenharia Civil, e o Todorov do IP. O Todorov tinha sido vice-reitor do Cristóvão que perdeu para o Ibanez. A minha candidatura, primeiro, serviu para mostrar que nessas universidades existem nós, servidores. Foi bom porque descobriram que nós existimos também porque tinha muito funcionário [Técnico administrativo] que não sabia que ele existia, que ele trabalhava em uma instituição de ensino e a nível nacional. Foi bom porque despertou entre nós, funcionários, que nós poderíamos ser candidatos. Infelizmente, o Fernando Henrique, acho que bem no início do mandato dele, a eleição foi em 93, aí em 95, até apelidaram de a Lei Lima¹², criou critérios que excluía os funcionários [Técnico administrativo], que eu acho isso inconstitucional, né? Porque o funcionário [Técnico administrativo] é concursado, o professor é concursado, e o funcionário [Técnico administrativo] pode ter a qualificação acadêmica igual de um professor e deveria poder concorrer sem nenhum problema. Mas enfim, as regras hoje definem que não pode ser candidato. Quem sabe isso algum dia muda. O que me deixa feliz, é que nós levamos o debate, que eu participei em um debate fraterno, num debate político, num debate propositivo, onde os três candidatos se esforçavam em serem propositivos. Não houve ranço ou discriminação. Houve claro discriminação por determinados grupos por uma mesquinha política, né? Mas enfim, é claro que a minha candidatura, ela fazia romper, tirar a máscara da universidade, né? Dessa mentira que é o conhecimento exclusivo para uma casta que se mantém no poder a quinhentos e poucos anos, né? Quando eu fui candidato e, outras pessoas propõem um plano diferente para as outras universidades, ele é questionado. Mesmo um professor que se apresenta com uma proposta com um pouco de abertura a mais da universidade, como foi a questão das cotas, de acesso maior à universidade

⁹ A ATAFUB era a Associação de Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília que passou a ser o SINTFUB, atual Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília.

¹⁰ Conselho Universitário.

¹¹ Centro de Informática.

¹² Lei nº 9.192 de 1995, altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários (BRASIL. 1995).

aos alunos das escolas públicas, aos cegos, aos índios. Ainda hoje se critica o acesso, tem alguns que criticam o acesso. (Sr. Lima, jan. 2018).

Este relato enfatiza a organização política dos vigilantes que se articularam em sindicatos e almejaram o posto mais alto da instituição com a disputa para a Reitoria. Edmilson Rodrigues de Lima foi um personagem central na organização dos vigilantes na Universidade de Brasília, mas também se destacou na defesa da categoria a nível nacional. Seu depoimento ressalta a postura dos vigilantes para discutir, propor, “fazendo-se ouvir” sobre assuntos da instituição de forma geral, assim como o desejo de ter representação nas instâncias consultivas e deliberativas da universidade, como a participação nos conselhos do CAD e CONSUNI¹³.

A luta para uma maior participação na vida universitária no período democrático se diferencia da postura adotada na ditadura. No regime autoritário dos militares, a repressão era grande e a única possibilidade de resistência era procurar permanecer no cargo. A chegada da democracia possibilitou uma articulação dos vigilantes que começaram a se organizar e a lutar para melhores condições de trabalho. Visando combater a “casta no poder”, os vigilantes começaram a proclamar a integração e o compartilhamento dos saberes, ou seja, retomaram para si a concepção presente na idealização da universidade em seu início. Ressalta-se, ainda, a inédita e ousada disputa ao cargo de reitor por um membro da vigilância. A candidatura de Lima à Reitoria é citada com orgulho pelos vigilantes da UnB por representar a força de sua categoria: “Olha! O Lima na eleição para Reitor disputou muito bem. Se você visse, ele sabia responder tudo, conhecia a universidade toda. E terem feito uma lei para impedir, foi uma vitória, porque ficaram com medo de perder, foi a vitória do derrotado!” (Sr. Pedro, nov. 2017). A ousadia da candidatura de Lima levou à elaboração da Lei nº 9.192/95 que limitou aos docentes a disputa pelo cargo e coibiu outras tentativas por parte de técnicos administrativos.

Em 2005, foi aprovado o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE)¹⁴. Os vigilantes foram enquadrados como cargo em extinção por não haver a previsão de reposição via concurso público. Desta forma, a partir de 2008, na gestão *Pró-tempore* do Reitor Roberto Aguiar, a Universidade de Brasília iniciou os contratos de vigilantes e porteiros terceirizados que passaram a atuar no setor de segurança. Desde então, esse setor conta, em sua composição, com vigilantes e porteiros terceirizados que se somaram aos vigilantes do quadro. Os funcionários públicos foram denominados “vigilantes orgânicos”. Posteriormente, como veremos no capítulo 3, eles se autodenominaram: “seguranças orgânicos”, “seguranças públicos”, “seguranças universitários”, “seguranças federais” ou

¹³ Conselhos superiores da UnB: CAD-Conselho de Administração e CONSUNI-Conselho Universitário.

¹⁴ O PCCTAE foi criado pela Lei Federal nº 11.091/2005.

simplesmente “federais”. Em 1990, a segurança do campus universitário ainda recebeu, mediante autorização da Reitoria, na gestão do Reitor Todorov, a instalação de um posto da Polícia Militar no campus conforme foto abaixo. A chegada dos vigilantes terceirizados e dos policiais militares contribuíram para a formação da identidade dos vigilantes orgânicos, como identidade específica e diferenciada, como veremos adiante.

Figura 3 - Posto Policial da UnB (novembro de 2017)



Fonte: Elaborado pela autora

Em 2009, a resolução da Reitoria nº 66/2009 instituiu o Conselho Comunitário Especial de Segurança da UnB (CONSEG). Este conselho consultivo visava à discussão, à análise, ao planejamento, à avaliação das questões referentes à proteção e à segurança pública e defesa do campus e do Distrito Federal. Era constituído por representantes da segurança pública do GDF, mas sem a presença dos vigilantes da UnB. Nos relatos, este conselho foi bastante criticado pelos meus interlocutores e não parece ter havido uma atuação relevante: “Fizeram um conselho de segurança sem nenhum representante da segurança! Foi o Prefeito! O que ele sabe de segurança? Então, por isso, nada aconteceu para melhorar a segurança!” (Sr. Salomão, jan. 2018). Em 2016, o Conselho Comunitário de Segurança foi reativado diante da necessidade de maiores discussões sobre segurança no campus, bem como de investimentos na área: melhorias

na iluminação, etc. Atualmente, o Diretor de Segurança participa deste conselho no qual os vigilantes esperam ter uma maior representatividade.

Ao relatar a história da vigilância na Universidade de Brasília, os vigilantes também destacam alguns eventos como fatos singulares e marcantes. Trata-se de visitas de pessoas ilustres e importantes que deram muito trabalho aos servidores:

O Dalai Lama, todo mundo queria pegar nele, deu trabalho! Teve o Jimmy Carter, ex-presidente dos Estados Unidos, o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chaves. Esses caras deram trabalho aqui! O Mandela, no auditório da Faculdade de Saúde, que não cabia ninguém! Ninguém podia chegar perto porque não sabíamos quem é! Um lugar muito bom agora é o auditório da Adunb¹⁵, tem lugar para saída e escape. O da Reitoria é horrível! A partir do momento de chegada e do deslocamento, durante e quando acaba, tudo isso é complicado! A última que tivemos aqui foi um cientista que recebeu um prêmio Nobel, um israelense. Foi na Adunb, mas a própria segurança dele era de um e dois e eles pediram a nossa cobertura e nós pedimos para a Polícia Federal e a Civil e não puderam por falta de efetivo. Então, tivemos que nos virar sozinhos. Logo esse israelense, por causa da Palestina! A gente pensa em tiro a longa distância. Aí, a gente tem que fazer essa varredura no ambiente, nas laterais, telhados, sala de aula com acesso. Tudo isso antes! Quando chega a segurança dele, a gente precisa ter um mapa pronto, de tudo o que precisa ter, os locais de sensibilidade, que não pode controlar. Até uma árvore você tem que observar, alguém pode subir. (Sr. Raí, jan. 2018).

Como procurei mostrar neste capítulo, o setor da vigilância atravessou a história da Universidade de Brasília. O impacto da ditadura e as diferentes gestões da universidade foram diretamente sentidos no setor da vigilância. Embora não tenha vivenciado o nascimento da instituição, a memória viva destes servidores permite o acesso a um conhecimento ímpar da história da universidade, constituído por lembranças e experiências compartilhadas. Após a apresentação deste histórico da segurança na Universidade de Brasília, no capítulo seguinte, abordo a organização e o funcionamento da segurança no campus Darcy Ribeiro, procurando mostrar as atribuições destes profissionais e sua rotina.

¹⁵ Associação dos Docentes da UnB.

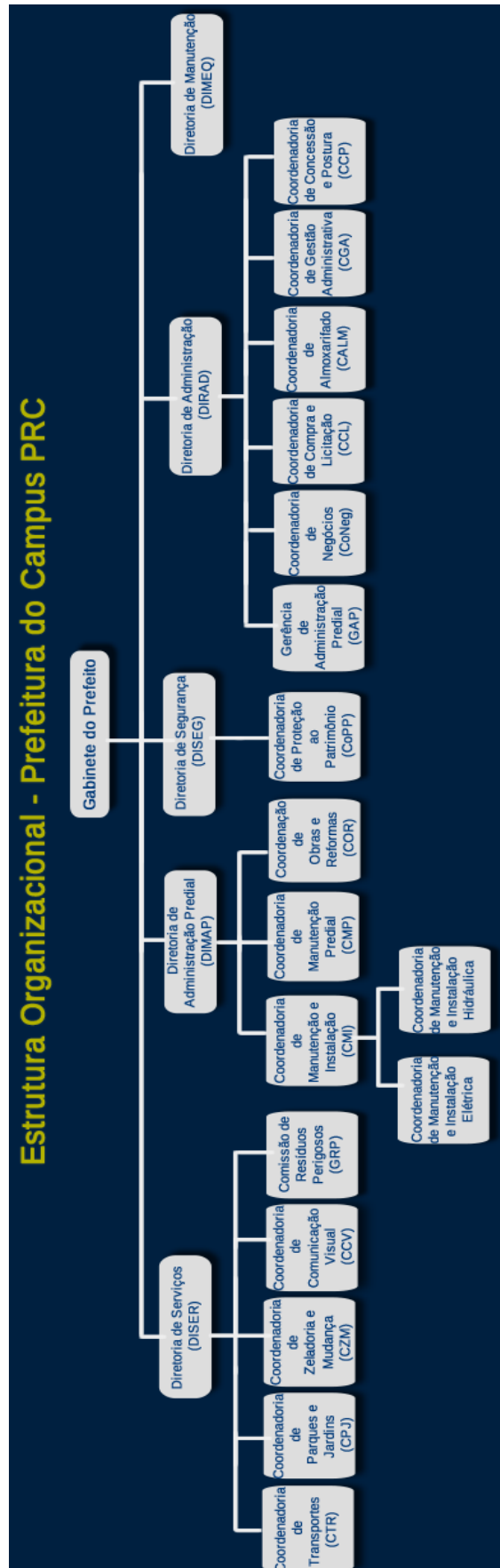
CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SETOR DE SEGURANÇA NA UNB

2.1 ORGANIZAÇÃO DO SETOR DE SEGURANÇA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A segurança da Universidade de Brasília conta com a atuação dos vigilantes do órgão, dos vigilantes e dos porteiros das empresas terceirizadas, e da Polícia Militar. Cabe à Diretoria de Segurança/DISEG manejar as ações e articular estes diferentes setores. Segundo dados dessa diretoria e do Posto Policial do campus, em outubro de 2017, a Universidade de Brasília contava com 120 vigilantes do órgão (dos quais 108 são efetivos), 206 vigilantes terceirizados, 406 porteiros e um posto da Polícia Militar com 2 equipes de 4 policiais. Dos 120 vigilantes da universidade concursados, 12 estão atualmente cedidos ou redistribuídos para outros órgãos, como a Presidência e ministérios, ou seja, 108 vigilantes do quadro atuam efetivamente na UnB.

O setor da segurança faz parte da Prefeitura do Campus (PRC) e está inserido no seu organograma como uma de suas cinco diretorias. A Diretoria de Segurança (DISEG), compreende a Coordenadoria de Proteção ao Patrimônio (COPP).

Figura 4 - Organograma da Estrutura Organizacional da Prefeitura do Campus PRC



Fonte: Diretoria de Segurança – DISEG. UnB (2018)

Quando comparamos com o organograma da criação da UnB, apresentado na parte histórica, percebemos que a DISEG ganhou relevância e passou a se destacar do setor de serviços gerais onde anteriormente estava inserida e diluída.

Quando a Prefeitura recebe uma ocorrência, ela aciona a Diretoria de Segurança para que sejam tomadas providências. A DISEG possui certa autonomia. Os vigilantes relataram que a Prefeitura não interfere na sua organização e funcionamento. Assim, o Diretor tem autonomia para decidir como conduzir seu trabalho.

Segundo os vigilantes, a Prefeitura atua como mediadora entre o trabalho da DISEG e a administração superior da universidade, principalmente a Reitoria. É atribuição da Prefeitura direcionar as solicitações originadas da DISEG, como a de recursos, por exemplo, para a administração superior e dar retorno às demandas. A Prefeitura não atua como órgão de controle, como ocorria anteriormente nas gestões da época militar. Ela é um órgão propositivo, representativo e de intermediação da categoria. “A Prefeitura não manda na gente. A gente tem liberdade para realizar o nosso trabalho”. (Sr. Lúcio, jan. 2018).

A Diretoria de Segurança está estruturada em três setores: o Setor de Apoio Administrativo, responsável pelo suporte administrativo e pela gestão; o Setor de Portaria, que compreende o acompanhamento dos contratos terceirizados; e o Setor de Supervisão, que operacionaliza as atividades de vigilância no campus.

A Diretoria de Segurança ocupa o prédio localizado entre o sindicato SINTFUB e a Faculdade de Educação (ver Figura 5). Este espaço é o prédio COPP, chamado de Central. No primeiro andar, conta com uma recepção e três salas: uma sala de recepção da portaria terceirizada, outra da vigilância terceirizada e a terceira da vigilância do quadro. Existe, ainda, uma sala do setor de achados e perdidos, uma sala de controle das câmeras, uma cozinha com copa, refeitório e um banheiro. No segundo andar, funcionam a administração e gestão: as salas do setor de apoio administrativo/secretaria; salas do Diretor e Coordenador; também conta com uma sala de arquivo e um mini auditório/sala de reunião. A Diretoria de Segurança possui três veículos para os vigilantes do quadro: um Fiat Uno, um Palio e uma Kombi.¹⁶ Ela não possui rádios e, é importante ressaltar, nenhum profissional trabalha armado.

¹⁶ Não estão contabilizados os veículos da empresa terceirizada que não são usados pelos vigilantes do quadro.

Figura 5 - Prédio da Diretoria de Segurança (DISEG)



Fonte: Elaborada pela autora

Os cargos da Diretoria são os de: Diretor, Coordenador, Supervisores e Auxiliares dos Supervisores. Todos são funcionários concursados da universidade. O Diretor e o Coordenador realizam a gestão do setor. É da competência do Diretor a articulação política com as instâncias da universidade, como a Prefeitura e a Reitoria, e as articulações com instâncias externas, como as polícias. Compete ao Coordenador a organização das equipes e dos postos de trabalho no campus. O Supervisor deve acompanhar a efetividade da rotina dos vigilantes, assessorado pelo Auxiliar do Supervisor que pode substituí-lo em sua ausência.

Os ocupantes destes cargos são escolhidos por eleição pelos vigilantes que formam chapas com os nomes indicados para os diferentes cargos. A cada eleição para Reitor, os vigilantes fazem uma eleição interna para esses cargos e encaminham o resultado para a administração da Reitoria via Prefeitura. Os vigilantes participam das campanhas para a eleição da Reitoria e assim direcionam suas solicitações, independentemente de quem apoiaram na disputa. Os vigilantes relataram que, geralmente, suas indicações prevalecem. No entanto, no início da atual gestão, a Reitora, apesar de ter afirmado que respeitaria o resultado da eleição interna dos vigilantes, indicou outro nome para o cargo de Diretor. Mesmo assim, o cargo é sempre ocupado por um membro da vigilância do quadro da universidade. Os vigilantes não lembram de ter ocorrido uma indicação externa e acreditam que seu ativismo político é responsável por coibir essa prática.

Conforme descrito na página da internet da Prefeitura do Campus (PRC-UnB), é atribuição da Diretoria de Segurança:

[...] assegurar a proteção do patrimônio da FUB; supervisionar o Sistema de Segurança Pessoal e Patrimonial, bem como os serviços de prevenção de acidentes, incêndios e serviços de portaria; em parceria com a Polícia Militar,

de forma a garantir a segurança e proteção geral da comunidade que o frequenta, promover o devido registro e averiguações de ocorrência de acidentes e controle do fluxo de veículos que acessam a UnB. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018).

As atribuições da Coordenadoria de Proteção ao Patrimônio são:

Coordenar e executar as tarefas relativas à vigilância do Campus, cumprindo as instruções dos órgãos deliberativos; Coordenar as atividades dos supervisores de vigilância no atendimento e registro de ocorrências de sinistros, desvios, furtos, roubos e invasões; Acompanhar eventos em geral nos prédios e áreas livres dos Campi, realizando inspeção prévia nos ambientes e pós evento, verificando sinistros, objetos perdidos e evasão de patrimônios; Fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas referentes ao uso do espaço físico do Campus Universitário Darcy Ribeiro; Apoiar o plantão de manutenção do Campus para que os serviços sejam executados com presteza e eficiência; Elaborar relatórios com histórico das diversas ocorrências, conforme necessidade do órgão; Controlar e fiscalizar o uso das viaturas, escalas de serviços, frequência, férias, eventos, adicionais e horas extras dos servidores, bem como entrada e saída de documentos; Programar e coordenar o Plano de manutenção e Prevenção contra Incêndios da FUB, com a finalidade de manter a instalação, sinalização e controle dos equipamentos de prevenção contra incêndios; Planejar, em parceria com o PROCAP, treinamentos sobre a utilização dos equipamentos contra incêndios; Elaborar parecer, quando necessário, sobre instalações de equipamentos preventivos contra incêndios nos espaços físicos da FUB, junto com o Núcleo Especializado em Segurança do Trabalho/NEST; Executar inspeção periódica nas mangueiras de incêndios dos prédios Campi, fiscalizando as datas de vencimento das cargas dos extintores, bem como providenciar reparo e recarga desses equipamentos; Realizar inspeção, em parceria com o NEST, quando das instalações dos equipamentos pelas empresas vencedoras dos serviços licitados; Supervisionar o desempenho do serviço, a postura profissional, rendições, assim como outras atividades inerentes ao serviço, comunicando aos superiores as irregularidades encontradas; Adotar as providências necessárias para sanar irregularidades e agir com competência em casos emergenciais, acionando os meios disponíveis. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018).

Verifica-se a amplitude de atividades atribuídas aos vigilantes. Essas atividades extrapolam a simples responsabilidade e cuidado com o patrimônio da universidade que originou o cargo de vigilante. Vale ressaltar as Diretrizes de Convivência da Comunidade Universitária (CAD, 2012)¹⁷ que estabelecem as normas com as quais a vigilância referencia algumas de suas ações. Estas diretrizes definem os princípios de convivência como respeito aos valores republicanos, ao exercício pleno de cidadania, ao compromisso com a justiça social, à igualdade, à liberdade, à democracia e orienta o uso do espaço universitário para eventos, uso do som, trote, consumo de bebidas, dentre outros. Formalmente, todas essas atividades são objeto de discussões e deliberações nas instâncias representativas da universidade: DISEG,

¹⁷ Resolução do Conselho Universitário N. 0001/2012. Estabelece as Diretrizes de Convivência da Comunidade Universitária, para assegurar regras de convivência no campus.

CAD, CONSUNI, etc. Elas foram atribuídas de modo a atender às necessidades da vida universitária, levando também em consideração o Plano de Cargos e Salários do Governo Federal (PCCTAE), discutido nos seminários da categoria.

Segundo o Sr. Santiago: “A minha função precípua aqui é preservar todo o patrimônio da instituição e a integridade física e moral dos membros da comunidade e os usuários.” Na prática, isto significa uma variedade de possibilidade de atividades. Em seu depoimento, o Sr. Pedro deu um exemplo da diversidade de atividades que os vigilantes desempenham em sua função:

[...] já ateamos fogo com nossos abafadores, desligamos registro hidráulico com uma chave especial igual a da CAESB, solicitamos que religuem a luz elétrica, entramos em bueiro, catamos lixo, entulho, colocamos sinalizadores de trânsito, retiramos pessoas residindo aqui, pedindo dinheiro, apartamos brigas, pegamos bandidos, denunciemos traficantes, tomamos tiros, transportamos estudantes para o hospital, consolamos pessoas em crise, encontramos pessoas mortas, procuramos pessoas desaparecidas, atendemos familiares, fazemos a segurança da Reitoria e por aí vai [...] De porteiro a pai de santo a gente faz de tudo um pouco! (Sr. Pedro, out. 2017).

Como dito anteriormente, a vigilância da UnB não é apenas constituída pelos seguranças orgânicos concursados. Outros setores também atuam nas atividades ligadas à segurança, o que mostra a amplitude e complexidade de ações que demandam as competências dos vigilantes.

A vigilância privada não é objeto deste trabalho, mas é importante situá-la no panorama da segurança na UnB. Os vigilantes e porteiros terceirizados trabalham para empresas privadas segundo os acordos de trabalho definidos em um contrato negociado entre a Prefeitura e a Reitoria, firmado, portanto, entre a alta administração e a empresa. O contrato estabelece: o quantitativo de vigilantes e porteiros; os demais profissionais da empresa como os encarregados da portaria e os supervisores da vigilância privada; os locais de cobertura; os veículos e demais termos de funcionamento da empresa. Segundo meus interlocutores, a exigência de trabalho descrita no contrato seria a mesma dos vigilantes do quadro. Não tive acesso a esses contratos, mas, pelo que percebi, os vigilantes também não os têm, somente o Diretor. Os vigilantes que já passaram pela direção relatam terem conhecimento detalhado desses contratos. Ressalto, no entanto, que este contrato não é claro e não está acessível para conhecimento, embora esse fato não seja motivo de reclamação dos vigilantes. No decorrer do trabalho, os vigilantes terceirizados ficam sob coordenação da Diretoria, ou seja, cabe a esta definir a rotina de trabalho de todos os vigilantes, sejam eles do quadro ou não. Pelo que percebi, embora exista um contrato determinando os locais a serem ocupados, a Diretoria pode redefinir e rearranjar o efetivo de

funcionários das empresas quando necessário. O encarregado da empresa é comunicado para dar ciência.

Quando ingressam no trabalho, os vigilantes terceirizados passam por um curso ministrado pelos vigilantes do quadro. Este curso visa ambientar os vigilantes da empresa acerca das especificidades da universidade, apresentando seu público-alvo, missão institucional e informações básicas sobre o funcionamento da universidade. As atribuições dos vigilantes terceirizados são as mesmas dos vigilantes do quadro. No entanto, os terceirizados estão sob a coordenação dos vigilantes do quadro e não apenas do Diretor e Coordenador. Na prática, observa-se que os vigilantes terceirizados repassam as ocorrências aos encarregados que, por sua vez, repassam aos vigilantes do quadro e aguardam instruções sobre a melhor forma de proceder¹⁸.

Diante das atribuições prescritas, o setor de vigilância acaba assumindo a coordenação de toda a segurança no campus da universidade. Embora não esteja expressamente descrito nos documentos apresentado, o cumprimento destas atividades coloca este setor em contato com segmentos como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Defesa Civil e outros que compõem a segurança pública de modo geral, como as diferentes polícias: Militar, Civil, Federal. Diversas razões explicam a articulação com esses outros setores:

- O espaço físico da Universidade de Brasília compreende grande parte da Asa Norte e não possui grades ou barreiras de acesso, constituindo passagem para a comunidade em geral que atravessa o campus;
- A universidade, como instituição federal, está resguardada no âmbito da Polícia Federal no que tange a questões envolvendo patrimônio como roubo, furto, extravio, desaparecimento ou dano;
- Dependendo da natureza da ocorrência, diferentes instâncias podem ser acionadas como SAMU ou outros. Por exemplo, a Polícia Militar pode ser acionada para conflitos e brigas, enquanto a Polícia Civil vai ser mobilizada para investigação de crimes tipificados, como homicídio.

Cabe salientar que a Política de Segurança Pública estabelece a partir da Constituição Federal de 1988, no seu artigo 144, que a função da segurança pública é:

Dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária

¹⁸ Este aspecto será discutido no capítulo 3 deste trabalho, considerando sua pertinência para a identidade dos vigilantes do quadro da UnB.

federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 1988)

As competências determinadas neste artigo compreendem:

§ 1º A polícia federal [...] I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.[...]

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. Esta polícia ainda não está instituída no Brasil.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (BRASIL, 1988).

Ressalta-se, com isto, que, segundo Costa e Lima (2014) esta definição de segurança traduz-se em incertezas quanto às atribuições de seus órgãos constituintes, tornando complexo seu campo de atuação.

Os vigilantes destacaram sua atuação na questão da proteção ao patrimônio junto com a Polícia Federal. Vários vigilantes descreveram esta dimensão. Em caso de roubo, furto, extravio, desaparecimento ou dano ao patrimônio, se não houver arrombamento, o setor afetado deve comunicar à DISEG o registro da ocorrência. Em caso de arrombamento, deve-se isolar a área para perícia. A partir do registro de ocorrência, a Diretoria de Gestão Material (DGM) tem que o dever de informar o valor do patrimônio em questão. Se a carga patrimonial for igual ou inferior a R\$ 8.000,00, cabe ao Diretor da Unidade instaurar um Termo Circunstanciado Administrativo que pode ocasionar sindicância administrativa. Caso o valor do patrimônio exceda essa cifra, é necessário registrar a ocorrência na Polícia Federal para investigação e demais providências. Ao final destes procedimentos, o resultado deve ser encaminhado para a DISEG. Acredito ser esta uma atribuição resolvida e definida pela categoria.

Meus interlocutores relataram não terem problemas com as diferentes polícias, principalmente com a Polícia Militar com a qual eles têm mais contato pelo fato dela estar presente no campus:

O nosso relacionamento com a polícia é bom. Eles ajudam a gente quando precisa. A gente chama. Não tem problema com isso, principalmente, a Polícia Militar, que a gente conhece bem, mas a Civil e a Federal também não têm problema. (Sr. Giovani, jan. 2018).

De acordo com as atribuições prescritas, observa-se a existência de ações que se sobrepõem às atividades policiais. Assim, garantir a segurança e a proteção da comunidade universitária e das pessoas que circulam no campus implica uma intersecção de ações entre os diversos setores responsáveis pela segurança pública.¹⁹

Descrevo, a seguir, o funcionamento do Setor de Segurança, enfatizando a vigilância da Universidade de Brasília.

2.2 FUNCIONAMENTO DO SETOR DE SEGURANÇA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ESCALAS, POSTOS DE TRABALHO, RONDAS, OCORRÊNCIAS E ROTINAS

O Setor de Segurança estabelece horários de trabalho diferenciados para garantir a manutenção de seus serviços de forma ininterrupta. A segurança possui um horário de funcionamento denominado “escala”. Essa escala define um número de horas trabalhadas e um número de horas de folga. A escala dos vigilantes do órgão é de “12 por 60” e funciona da seguinte forma: para cada período de 12 horas de trabalho, folga-se 60 horas seguidas. Assim, um vigilante que inicia numa segunda-feira às 7 horas da manhã, encerra às 19 horas seu expediente e só retorna ao trabalho na quinta-feira, folgando na terça-feira e na quarta-feira. O mesmo ocorre com as turmas da noite. O trabalho inicia às 19 horas e encerra às 7 horas do dia seguinte, com 60 horas consecutivas de folga. Esta escala foi escolhida pela categoria que mobilizou esforços para sua aprovação, como mencionado na seção anterior. Ela propicia um rodízio que faz com que quem iniciou o trabalho na segunda-feira, começará, na semana seguinte, na terça-feira, etc. Com isso, nenhum vigilante tem dias de trabalho semanais fixos.

O rodízio também opera na diversificação dos locais de atuação dos vigilantes, considerando que a universidade tem uma rotina quanto às aulas e demais atividades

¹⁹ Esta relação será retomada no capítulo 3 que tratará da identidade dos seguranças.

acadêmicas que ocorrem em dias da semana específicos. Assim, o sistema de rodízio acaba possibilitando que cada vigilante conheça o funcionamento da universidade como um todo.

As equipes de vigilância são divididas em dois grandes períodos: diurno e noturno. O horário noturno foi descrito como cansativo, sendo apontado pelos vigilantes do dia como desgastante. No entanto, os vigilantes noturnos disseram ter se acostumado por estarem há muito tempo neste horário.²⁰ Pelo que percebi, a demanda no período da noite é maior no horário de encerramento das aulas, entre as 22 e 23 horas. Após este horário, os maiores incidentes decorrem das festas, principalmente, nas quintas-feiras. Este dia da semana foi apontado por todos os vigilantes como sendo o mais difícil na escala da noite. No período da manhã, a sexta-feira é considerada o dia mais difícil em razão dos resquícios da noite anterior. Acompanhei, numa quinta-feira, a ocorrência de uma festa na tenda da Praça Chico Mendes. Aconteceu uma festa LGBTS (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e simpatizantes) e, na ocasião, não houve incidentes (ver foto abaixo). No entanto, no plantão da noite anterior, ocorreu uma festa numa sala do prédio Multiuso onde foi furtado um aparelho de som e vários pertences pessoais como bolsas foram esquecidos. Esses esquecimentos são comuns segundo os relatos dos vigilantes.

Figura 6 - Festa LGBTS (janeiro de 2018)



Fonte: Elaborada pela autora

Além da divisão dos turnos entre diurno e noturno, existem as turmas. Cada turno conta com 3 equipes, totalizando 6 equipes, ou seja, 3 turmas diurnas e 3 noturnas. Cada turma tem

²⁰ Eu, particularmente, achei bem difícil acompanhar a escala noturna porque estava sonolenta a partir das 22 horas. De fato, embora aprecie outras atividades neste horário noturno, como o estudo, não estava acostumada com esta atividade e fiquei cansada, com dificuldades para manter-me acordada.

uma média de 12 vigilantes que se distribuem pelos postos de trabalho, conforme Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Escala

TURMAS	TURMA A DIURNO	TURMA B DIURNO	TURMA C DIURNO	TURMA X NOTURNO	TURMA Y NOTURNO	TURMA Z NOTURNO
POSTOS						
Supervisor	Ângelo	Vitor	Pedro	Santiago	Fernando	Júnior
Auxiliar de supervisor	Sandro	Jonas	Ferdinando	Salomão	Cristiano	Vando
Reitoria Gabinete	Sílvio	Marcelo	Cláudio	Vinicius	Gustavo	Jânio
Reitoria entrada principal	Denair	Selton	Rômulo	Bernardo	Mateus	Francis
Reitoria DGP	Raí	Fábio	Sávio	Giovani	Artur	Felipe
Reitoria rampa	Ramon	Saulo	Flavio	Rafael	Pablo	Bruno
Garagem 1	Júlio	Xavier	Norberto	Daniel	Marcel	Marcone
Garagem 2	Lúcio	Gerson	Tiago	Wallace	Leonardo	Ildo

Fonte: Elaborada pela autora

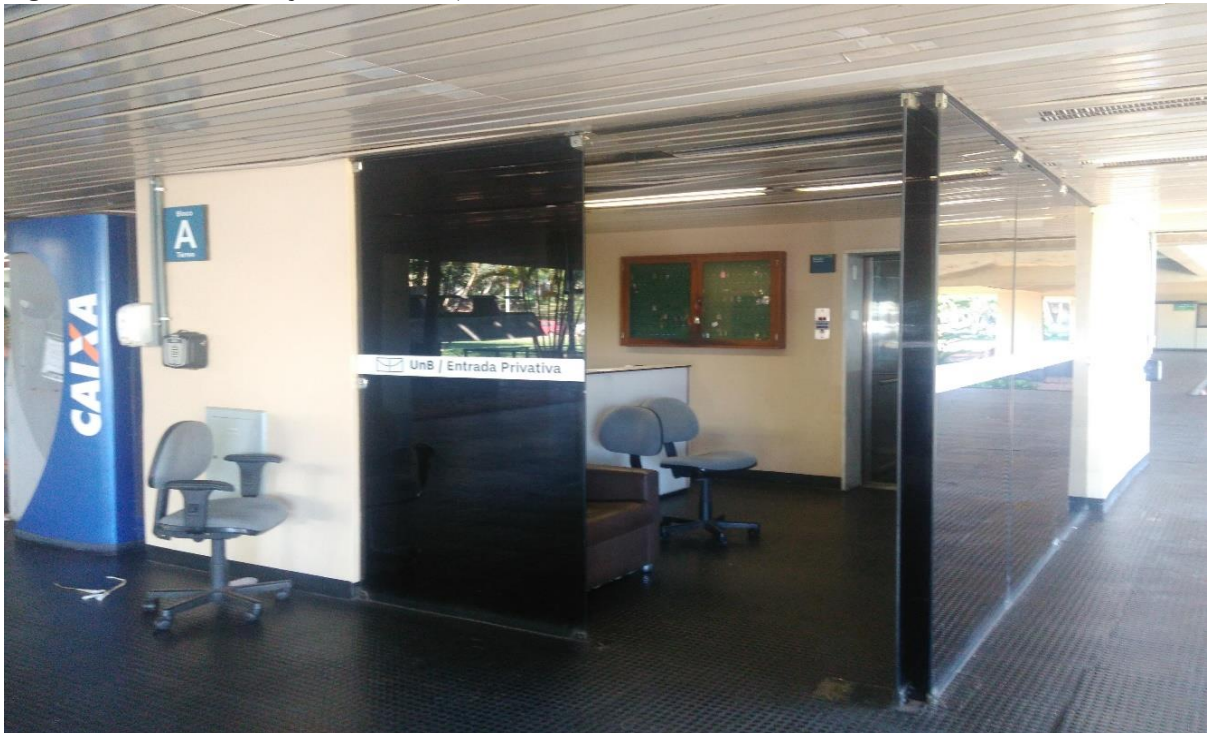
Os locais que os vigilantes ocupam para realizar o seu trabalho nas dependências da universidade, nos prédios e/ou nas guaritas, são chamados de “postos de trabalho”. Conforme a tabela acima (Tabela 1) estes postos são definidos pela chefia em conjunto com as equipes.²¹ Nessa definição dos postos de trabalho da vigilância é importante ressaltar que é levada em conta a rotatividade como sendo uma regra básica aliada a uma ideia de “igualdade de tratamento”. Assim, a rotatividade na escala é também complementada por um sistema de rodízio nos postos de trabalho para possibilitar que um vigilante conheça o funcionamento de toda a instituição. Com esse rodízio, evita-se, também, que o tempo prolongado de permanência em determinado posto crie um vínculo social mais estreito do vigilante com o público. Existe a ideia que quando esse tipo de vínculo é estabelecido com um determinado vigilante, este pode deixar, mesmo inconscientemente, suas atribuições em segundo plano. O relato abaixo demonstra essa preocupação constante. Particularmente eu tive dificuldade de entender antes de ouvir as explicações dos meus interlocutores:

O vigilante assume o posto e começa a se familiarizar com as pessoas deste posto e aí, hoje, ele começa varrendo o chão da área do posto dele para cuidar do local de trabalho porque ele é o primeiro a chegar, aí, amanhã, ele chega mais cedo e começa fazendo o café no departamento, daqui a pouco, ele é porteiro, faxineiro e deixa de fazer as atribuições de vigilância que é estar atento, observando, zelando. (Sr. Pedro, nov. 2017).

²¹ Outros postos são: “Beijódromo”, Biblioteconomia, Central de Segurança, Multiuso 1, Multiuso 2, CDS, FE 03, FE 05, SG – 01, Sismologia, FS – Entrada Sul, Lab.Med.Tropical, Geocronologia, Estação Experimental, Reforço 1, Reforço 2.

Durante o trabalho de campo, observei que esse ideal de rotatividade não é seguido com muito rigor e que existe uma importante negociação informal dos vigilantes quanto aos postos. Mesmo se a regra do rodízio e do tratamento equitativo entre os vigilantes funciona em termos gerais, outras questões são relevantes e devem ser levadas em consideração na distribuição dos vigilantes pelos postos. Assim, diversos fatores, como as características dos postos, devem ser considerados para definir a distribuição. Existem, por exemplo, postos mais confortáveis quanto à estrutura física, por exemplo, postos com uma guarita interna protegida do sol, da chuva e com computador para comunicação. O posto da Reitoria (Figura 7) é reconhecido por fornecer boas condições de trabalho. Por outro lado, o posto da Garagem (Figura 8) foi considerado por todos os vigilantes como o pior para exercer suas atividades. Dizem que é um espaço reduzido na entrada da Garagem. Num dia ensolarado, é impossível permanecer na guarita por causa do calor e, quando chove, molha tudo porque não se pode fechar as janelas sem vivenciar uma sensação de abafo que impossibilita qualquer trabalho. A atividade de controle dos veículos também exige a verificação dos automóveis, o que é inviável sem o deslocamento do vigilante. Ou seja, quando escalado para o posto da Garagem, o vigilante tem que ficar fora da guarita já que dentro, além do calor, o campo de visão é prejudicado, impedindo o registro das informações que a atividade exige.

Figura 7 - Posto Reitoria (janeiro de 2018)



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 8 - Posto Garagem (fevereiro de 2018)



Fonte: Elaborada pela autora

O dia da semana, o horário, o posto e o calendário acadêmico também podem influenciar na escolha dos postos. Como dito anteriormente, os dias de quinta-feira à noite e sexta-feira de manhã são os mais difíceis por causa das festas. Durante o horário noturno, todos os postos podem ser complicados pelas festas imprevistas, dependendo de onde acontecem. À noite, o horário do fim de aula, isto é, das 22 às 23 horas, destaca-se por potenciais problemas decorrentes do deslocamento das pessoas no campus. É comum acontecer o esquecimento de itens, além de mais probabilidade dos usuários serem abordados para roubos. Furtos também são detectados com mais frequência nos veículos neste período da noite. Além disso, existe a necessidade de fechar os departamentos e demais setores da universidade com a entrega das chaves aos vigilantes da noite.

Durante o dia, o movimento é maior em razão do predomínio de aulas neste período. Em função destas aulas, alguns postos são mais demandados pela comunidade do campus como os Pavilhões, ICC, Blocos de Sala Norte e Sul. As ocorrências do período diurno também incluem o esquecimento de itens, informações e furtos aos veículos, além de depredação de patrimônio. Assim, a princípio, onde há maior concentração de pessoas nos postos, maior a probabilidade de ocorrências e maior a variedade de ocorrências. Desta forma, também é exigida uma maior atenção dos vigilantes para resolver as questões apresentadas.

Nos finais de semana e feriados, o movimento diminui e o setor de segurança fica responsável pela universidade inteira. Os vigilantes são os únicos funcionários da administração imediata presentes na instituição nesses dias. Portanto eles enfrentam situações inusitadas que não fazem parte de suas atribuições, visto que são atividades fundamentais para o funcionamento da universidade, dessa maneira, há o dever de cumprimento:

Já aconteceu de acabar a luz no campus e a gente teve que ir atrás de gerador e da CEB porque temos pesquisas aqui que valem uma vida de dedicação do aluno e do professor e outras que valem milhões! Tudo pode ser perdido se a gente não correr atrás e resolver! (Sr. Fábio, jan. 2018).

Dessa forma, durante o meu trabalho de campo, percebi que as regras de rodízio nos postos têm uma certa flexibilidade. As características do vigilante também são um fator importante para definir a atribuição dos postos. Os vigilantes com mais tempo de exercício e de mais idade têm uma certa preferência na escolha, principalmente, em caso de doença ou de alguma dificuldade pessoal. Assim, questões de saúde ou de estado físico e emocional também são consideradas. Por exemplo, um vigilante pode preferir ficar na Central porque estava fazendo um plantão estendido para cobrir uma viagem ou por sentir-se muito cansado. Outro vigilante mais idoso ou com pouca mobilidade pode ser destacado para um determinado posto que, por exemplo, naquele dia e horário seja mais tranquilo e não exija maiores deslocamentos.

Um vigilante também pode definir um posto mais adequado por estar com problema na coluna, por exemplo. Um outro pode deixar seu posto por motivo de óbito na família, sendo substituído imediatamente sem qualquer contratempo.

Todas essas situações ocorreram durante o meu trabalho de campo. Apesar do princípio de rotatividade, os meus interlocutores afirmaram que qualquer um pode permanecer em um posto fixo se ninguém discordar. Este é um claro exemplo da ambiguidade presente na prática que contradiz a regra de não ter posto fixo definido e da qual os vigilantes não parecem estar muito cientes. No entanto, se uma única pessoa não concordar ou ficar incomodada com a situação, o posto em questão entra na escala de rodízio como os demais. Assim, a distribuição dos postos, apesar da regra da rotatividade, é dinâmica, flexível e definida por vários fatores. Ela resulta de acordos informais e de um “bom senso” compartilhado que, como pude verificar, não acarretam conflitos. Por se conhecerem há muito tempo, os vigilantes afirmam que conseguem distribuir os postos de trabalho de forma tranquila. De fato, como pude constatar durante o trabalho de campo, a definição dos postos não gera conflitos entre eles.

Acrescento que os postos da Reitoria e da Garagem são exclusivos dos vigilantes do quadro. A razão apresentada é que tais locais são estratégicos para a universidade e que é uma exigência da administração central. Quando iniciei o meu trabalho de campo, acompanhei o Diretor de segurança orientando o expediente dos vigilantes. Nessa ocasião, ele atendeu a uma ordem do Gabinete da Reitora e informou da necessidade de mais um posto na Reitoria. Informou para os vigilantes: “A Reitoria solicitou a abertura de mais um posto para aumentar a vigilância. Não quiseram colocar grade, então temos que deslocar alguém para lá, isto porque um ex-aluno conseguiu subir e entrou na sala do vice-reitor pedindo dinheiro”. (Sr. Jonas, out. 2017).

O posto da Estação Experimental da Biologia também é um dos postos mais destacados pelos vigilantes. Trata-se de um posto fixo que escapa da regra do rodízio. Ele é ocupado por um vigilante que ingressou em 1977 e vive com sua família há 33 anos nesse local. Segundo meus interlocutores, este acordo foi realizado há muito tempo com o servidor e não discutem mais o assunto. Pelo contrário, avaliam como positiva a permanência ininterrupta deste servidor no posto, constituindo, portanto, mais um exemplo de ambiguidade quanto a esta regra.

Como no depoimento a seguir, a rotina dos postos é descrita pelos vigilantes como de reconhecimento e controle:

O nosso trabalho nos postos é o de identificação, autorização da pessoa. Se a pessoa está autorizada a retirar as chaves, circular o prédio. Verificamos se existe algum ponto vulnerável em relação à possível invasão, verificamos as áreas hidráulicas, elétricas, se está tudo certinho. Na Reitoria, também o

mesmo, além de controlar o elevador da Reitoria que só ela pode usar e hastear a bandeira. Na Garagem, é a saída e entrada de veículos, o motorista, a quilometragem, o estado do veículo. (Sr. Felipe, jan. 2018).

O trabalho no posto da Central de segurança inclui a administração e o apoio dos vigilantes nos demais postos e rondas. A Central é o setor que concentra as informações e dá suporte aos vigilantes. É para este posto que os vigilantes se dirigem para solicitar reforço e outros auxílios para desenvolverem suas atividades no campus. Durante o trabalho de campo, permaneci longos períodos na Central e pude observar o quanto esse setor demanda trabalho. A Central está em contato permanente com os vigilantes e concentra o serviço de telefonia, a distribuição dos veículos para as rondas, além de acompanhar as ocorrências diárias. Uma prática muito comum dos vigilantes supervisores na Central é a ronda do café. Tive a oportunidade de participar destas rondas. Elas consistem em entregar café para os demais vigilantes nos postos. É uma estratégia para acompanhar as atividades do vigilante e reforçar sua atenção com este estimulante. Além disso, a entrega de café tem outra função importante. Oferece uma oportunidade de dialogar e fazer companhia aos vigilantes que, em determinados postos, dias e horários, ficam totalmente sozinhos.

É importante enfatizar que nem todos os postos são preenchidos pelos vigilantes do quadro. Como visto, os postos da Reitoria e da Garagem são ocupados exclusivamente por estes vigilantes, mas a maioria dos postos conta com vigilantes e porteiros terceirizados. Existe, ainda, a possibilidade de aglutinar postos com um ou dois vigilantes. Situações desse tipo ocorrem quando o número de vigilantes é reduzido, seja por demissões, no caso de terceirizados, seja por falta de vigilantes do quadro²². Também ocorrem situações onde vigilantes e porteiros terceirizados trabalham com vigilantes do quadro. É o caso, por exemplo, quando os vigilantes do quadro atuam como supervisores de um determinado serviço e acompanham as atividades dos colegas terceirizados.

Além da atuação nos postos, as rondas constituem outra atividade essencial da vigilância. Elas consistem no trânsito dos vigilantes pela universidade. Durante as rondas, eles percorrem o espaço do campus. Priorizam os estacionamento e os locais de difícil acesso para identificar eventuais invasões, possíveis focos de incêndio, entulhos, obstruções de acesso, o estado de preservação dos prédios, a manutenção das mangueiras e hidrantes, o circuito elétrico ou simplesmente qualquer atividade que pareça anormal. Nas rondas, os vigilantes atuam na preservação e promoção do espaço físico e intervêm em situações potenciais de risco e

²² Acompanhei a redução do quadro de vigilantes da empresa contratada que demitiu alguns funcionários. Essa redução levou à realocação de vigilantes do quadro da universidade e da empresa, diurnos e noturnos. Assim, diante das novas circunstâncias, alguns postos foram unificados para viabilizar a realização do trabalho.

periculosidade no campus. As rondas também possibilitam transitar pelos postos e verificar junto aos demais vigilantes a necessidade de algum suporte.

O deslocamento dos vigilantes durante as rondas pode ser feito a pé ou em veículo. Os locais são definidos pela Coordenação na escala. Pelo que observei, os locais das rondas são sempre os mesmos, variando somente o trajeto que cada vigilante escolhe. Assim, as rondas são feitas em todas as áreas do campus. Por exemplo, no Instituto de Geociências, na Faculdade de Engenharia, no Instituto de Artes, no Instituto de Química, na Faculdade de Medicina, no Instituto de Biologia, no “Beijódromo”, na Reitoria, na Garagem, no Centro Olímpico, na Estação Experimental de Biologia, no Hospital Veterinário e Biotério (e nas áreas atrás), nos pavilhões, na Faculdade de Direito, no ICS, na Colina, no ICC norte e sul, no Multiuso 1 e 2, na DIMEC /Diretoria de Manutenção de Equipamentos (e áreas atrás), na FINATEC, no terreno atrás do Parque Olhos D’Água, etc.

Os responsáveis pelas rondas são os supervisores e auxiliares. Podem contar com um vigilante no posto chamado de “volante”. Não presenciei discussões sobre a escolha deste posto volante que parece seguir as regras dos demais. O vigilante interessado nesse posto foi escolhido sem manifestação contrária.

Particpei de várias rondas e achei muito interessante a visão de universidade que se forma com esta prática. As rondas permitem o acesso a locais pouco ou simplesmente não conhecidos. É o caso, por exemplo, das trilhas do Centro Olímpico. Algumas destas trilhas apresentam um cenário deslumbrante à beira do lago Paranoá. Outras trazem preocupações, como a trilha que dá acesso à entrada da invasão do Iate Clube que sequer conhecia. Quando andávamos por essa trilha, o meu interlocutor considerou que a invasão desse lugar era extremamente perigosa. Segundo ele, a polícia sabia de sua existência e de seu alto risco, mas sequer se arriscava a entrar nesse local.

As rondas viabilizaram informações interessantes e curiosas como a existência de uma nascente embaixo da Biblioteca Central da universidade. Os vigilantes relataram que a biblioteca foi construída em cima de uma nascente de água. Contaram que eram chamados para atender ocorrências na biblioteca “com água no joelho”, que eles precisavam drenar com uma bomba de sucção. Para solucionar o problema, canalizaram a água que foi despejada no Lago Paranoá, via Centro Olímpico. Lamentam o desperdício dessa água que “[...] era imprópria para beber, mas poderia ser usada nos jardins, por exemplo. Nessa crise hídrica, é brincadeira desperdiçar.” (Sr. Mateus, nov. 2017).

Figura 9 - Estação Experimental da Biologia (novembro de 2017)



Fonte: Elaborada pela autora

A Estação Experimental da Biologia é um posto especial para os vigilantes. É um local agradável, com muitas árvores (Figura 9). É um posto de interação fora da Central que possibilita o contato com o vigilante que lá reside. Quando possível, os vigilantes gostam de se encontrar neste posto para socializar e trocar informações sobre seu trabalho.

Figura 10 - Estação Experimental da Biologia (novembro de 2017)



Fonte: Elaborada pela autora

No âmbito do campus, durante o primeiro semestre de 2018, destacaram-se as seguintes ocorrências: 68 referentes a danos ao patrimônio, vandalismo e pichações; 61 arrombamentos e furtos em veículo; 58 no setor de achados e perdidos; 47 furtos, roubos e extração de patrimônio; 37 ocupações oriundas de movimentos sociais na UnB; dentre outras.²³ Estes dados divergem um pouco das informações que recolhi em campo, mas acredito que essas diferenças se devem ao fato de tratarem de períodos diferentes. Assim, os relatos dos meus informantes faziam referência a ocorrências resultantes de sua experiência de trabalho de uma forma geral e não a um período específico, embora a referência seja o primeiro semestre de 2018. Apesar dessas diferenças, existe claramente ocorrências que apresentam maior frequência. É o caso, por exemplo, das ocorrências envolvendo veículos, que é a segunda mais alta, perdendo apenas para danos ao patrimônio. Pode-se inferir que este número expressivo das ocorrências de danos ao patrimônio também se deve a obrigatoriedade de registro deste tipo de ocorrências. As demais ocorrências podem nem ser registradas como, por exemplo, um acidente de trânsito sem vítimas. É importante ressaltar não só a diversidade, mas a quantidade de atendimentos que os vigilantes públicos realizam e que não estão contemplados nesta relação de ocorrências, o que dificulta a compreensão da amplitude do trabalho da vigilância para a universidade.

Não considerando os danos ao patrimônio, o maior número de ocorrências é de furto de bens no interior dos veículos. Meus interlocutores relataram que antes eram furtados estepes, agora são as rodas. Bens do patrimônio da UnB, como computadores e extintores, também figuram na lista de objetos mais furtados. Segundo os vigilantes, as pontas das mangueiras também são objetos cobiçados porque são de cobre e esse material pode ser facilmente revendido no mercado paralelo. Existe, ainda, o furto de bicicletas, que tem aumentado, e o tráfico de substâncias ilícitas, atividade difícil de detectar e combater.

Durante o meu trabalho de campo acompanhei algumas ocorrências como um furto de pertences de uma funcionária do setor de limpeza em um armário do Centro Olímpico no qual ela guardava seus objetos pessoais com materiais de trabalho. O vigilante colheu informações com a funcionária e orientou o coordenador do local a reforçar as portas com cadeado. Quando retornou, num procedimento padrão, registrou o ocorrido no livro de ocorrências.

As ocorrências encontradas e encaminhadas no âmbito do campus devem ser descritas e registradas nos livros de ocorrência. Estes livros são guardados na Central da vigilância. Os vigilantes do quadro são os únicos que preenchem estes livros. A justificativa dada foi tratar-se

²³No anexo A, apresento os dados sobre as ocorrências.

de competência exclusiva de servidor público, embora não tenha visto lei ou norma que justifique essa exclusividade. Segundo relatam os vigilantes, os livros são conservados desde 1971. Estes contêm todas as ocorrências registradas no campus desde esta data. Possuem fé pública e servem para qualquer formalidade, além de possibilitarem um mapeamento das incidências de ocorrências para maior controle dos postos de trabalho e definição das rondas. Os porteiros possuem um livro de ocorrência nos postos, mas todas as ocorrências são enviadas para o livro da Central. Com o sistema de comunicação eletrônico SEI instalado nos últimos anos, as ocorrências passaram a ser informadas nesse meio eletrônico.²⁴

A trajetória administrativa das ocorrências depende de sua natureza. Todas são enviadas para a Prefeitura. A partir daí, podem ser encaminhadas para os Institutos, Faculdades, Decanatos, Reitoria, etc. Ocorrências envolvendo o patrimônio da universidade podem ser encaminhadas para os respectivos Centros de Custo (setores do órgão) de sua responsabilidade. Ocorrências sobre conduta ou comportamento também podem ser enviadas para o Decanato de Assuntos Comunitários e para a Reitoria, dependendo da característica e da gravidade do fato em questão. Por exemplo, um caso extremamente grave aconteceu em março de 2016. Um estudante assassinou a ex-namorada no Instituto de Biologia e foi expulso pela Reitoria. Nos casos de patrimônio e conduta, os registros de ocorrência podem ser necessários para acionar as instâncias de segurança pública de acordo com suas competências.

Para facilitar a notificação das ocorrências, alunos do curso de Engenharia da universidade criaram, junto aos vigilantes do quadro, um aplicativo chamado “UnB Alerta”. Após o cadastro do usuário e da placa de seu carro, este aplicativo aciona o proprietário ou condutor sobre eventuais incidentes ocorridos com seu veículo. Embora tenha sido uma iniciativa importante para a vigilância, facilitando o contato com a comunidade, o aplicativo não representou um aumento na eficiência do trabalho porque, segundo relataram os vigilantes, não contou com a adesão da comunidade e dos transeuntes que circulam pelo campus.

Para finalizar este capítulo, destaco um relato ilustrativo da rotina de trabalho dos vigilantes e da maneira pela qual eles percebem suas atividades. Este relato evidencia a quantidade e diversidade de demandas que os vigilantes devem atender em suas atividades cotidianas:

Aí, você entra em um plantão de 12 horas e assim que chega fala com o Supervisor para ver onde você está. Essa escala fica no mural, se não tiver no posto fixo ou acertado com um colega para aquele dia de substituição, e assina a frequência. Daí você vai para a sua atividade, quando não aparece alguma

²⁴ O Sistema Eletrônico de Informação (SEI) é o sistema do governo federal para o trâmite dos processos administrativos. Ele extingue os processos em papel e também permite o acompanhamento de qualquer processo por meio eletrônico, em diferentes modalidades: pública, restrita ou sigilosa.

coisa que ficou no plantão anterior, mesmo que o colega esteja, porque não pode sair sem concluir a ocorrência. A gente já vai se inteirando e pode esperar porque, além de todas as atividades de prevenção do local, controle de chaves, verificação de patrimônio, sempre aparece alguma briga, alguém que roubou alguma coisa, alguém estranho que está rondando! Tem que fazer ocorrência. Tem um roubo de carro, têm brigas de família, de namorados, de estudantes, alguém usando droga, bêbado, surtado, aquela porta que não abre, o banheiro vazando água, o esquecimento de alguma coisa, e ainda tem aquela pessoa que pede informação. Aí, para almoçar e ir ao banheiro, tem que trocar com o colega. Não pode sair junto! E, ao fim do expediente, volta para a Central, registra a ocorrência, assina a folha e vai embora, se Deus quiser! (Sr. Artur, nov. 2017).

Neste capítulo, procurei descrever a organização e o funcionamento do trabalho da vigilância pública na Universidade de Brasília, ressaltando a quantidade e diversidade de atribuições e as ocorrências que são atendidas por esses servidores no decorrer de seu trabalho. No próximo capítulo, discuto a identidade desses vigilantes. Resgato suas atribuições para delinear suas especificidades e diferenças em relação aos demais setores da segurança que atuam na universidade. Procuro mostrar que essas peculiaridades dos vigilantes do quadro da UnB participam da formação de uma identidade que lhes é própria.

CAPÍTULO 3: “SER FEDERAL”: IDENTIDADE DOS SEGURANÇAS ORGÂNICOS DA UNB

Se os estudos sobre segurança universitária são escassos nas ciências sociais, como dito na introdução, não é o caso dos estudos sobre identidade que é um tema clássico da antropologia. Neste trabalho, os estudos de Oliveira (1976), Novaes (1993) e Costa e Lima (2014) contribuíram para refletirmos sobre a identidade dos vigilantes da UnB e permitiram visualizar sistemas de representação e significado que os nossos interlocutores atribuem a sua identidade profissional.

Inicialmente, como propõe Caiuby Novaes (1993), é importante se perguntar a partir de quais contextos um determinado grupo evoca uma identidade particular. Percebemos que a identidade dos vigilantes públicos da Universidade de Brasília se constrói não apenas com base nas influências vivenciadas ao longo de sua trajetória histórica de contato com o mundo universitário, mas também pelas especificidades de seu vínculo profissional e em decorrência de suas relações com outros profissionais da segurança com os quais interagem. Essas diferentes dimensões devem ser consideradas para entender a identidade desses seguranças orgânicos.

Oliveira (1976) estudou a identidade étnica como um caso particular de identidade social. Para este autor, a identidade seria formada por processos sociais que surgem da relação dialética entre indivíduo e sociedade, podendo ser mantida, modificada ou remodelada pelas relações sociais. Estes processos são determinados pela estrutura social. Nesse trabalho, Oliveira também cunhou a ideia de “identidade contrastiva” para mostrar a relação dialética entre semelhança e diferença que consolida o sentimento de identidade étnica:

Quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defronta; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação *do nós* diante *dos outros*, jamais se afirmando isoladamente. (OLIVEIRA, 1976, p. 36).

Embora o trabalho de Oliveira se refira a contextos étnicos, veremos que a ideia de “identidade contrastiva” é interessante para mostrar como os seguranças públicos da Universidade de Brasília se definem em contraste com outros profissionais de segurança que também atuam no campus.

Uma ideia semelhante sobre identidade pode ser encontrada no trabalho de Costa e Lima (2014) que afirmam que:

Os processos de formação de identidade são fundamentais para a definição do campo organizacional, uma vez que o pertencimento de uma organização a um campo específico depende da identificação de seus membros com outras organizações vistas como semelhantes. À medida que os membros de uma organização reinterpretam suas funções, passando a se identificar com diferentes organizações, eles acabam por redefinir o campo organizacional. Naturalmente uma organização pode pertencer a diferentes campos organizacionais, uma vez que seus membros podem constituir múltiplas identidades. (COSTA; LIMA, 2014, p. 400).

Esses autores nos ajudam a entender a identidade dos vigilantes públicos da Universidade de Brasília que se constrói a partir da identificação de elementos de pertencimento, reconhecimento, semelhanças bem como diferenças, contrastes e oposições. Como veremos, trata-se de uma “identidade contrastiva”, nos termos de Oliveira (1976), na medida em que os seguranças orgânicos afirmam sua especificidade identitária em contraste com os vigilantes terceirizados e outros profissionais da segurança pública. Ideia semelhante pode ser vista em Novaes (1993) quando esta autora afirma que a autoimagem de um indivíduo ou grupo também está relacionada à imagem que se faz do (s) outro (s):

A representação de si está obviamente ligada à representação que se faz do outro e dos vários outros que surgem em cena num determinado contexto. Há, na verdade, uma relação de interdependência entre a imagem que se faz de si e a imagem que se faz destes vários outros. (NOVAES, 1993, p. 21).

Assim, essa autora nos permite visualizar como cada um dos grupos distintos elabora uma representação de si e do outro e incorpora esta representação em sua atuação política. Como para Geertz (1978), Novaes (1993) considera que a cultura tem uma dimensão dinâmica e adaptativa e que o contato entre sociedades resulta na formação de autoimagens sempre dinâmicas:

As imagens que uma sociedade forma de si e dos segmentos que toma como parâmetros para fazer uma reflexão sobre si mesma não são imagens fixas ou perenes. Transformam-se continuamente, em função mesmo das transformações das relações históricas entre estes segmentos. São imagens impregnadas de valores, muitos deles conflitivos. Imagens que implicam a simultaneidade de sistemas culturais em confronto, onde não há um movimento unívoco que simplesmente afirme ou negue a identidade do outro. (NOVAES, 1993, p. 45).

Essas ideias de Novaes (1993) sobre identidade são importantes para tentarmos entender as representações que os vigilantes da UnB têm de si e dos outros, isto é, dos vigilantes privados e outros representantes da segurança pública com os quais eles têm um convívio mais próximo. Novaes (1993) ainda mostra a possibilidade de descobrir como determinado evento é produzido, percebido e interpretado pelas diferentes pessoas que dele participam. Para essa

autora, identidade e alteridade se constroem como em um jogo de espelhos que reflete a si mesmo, em várias autoimagens. Esta perspectiva nos ajuda a entender as diversas autoimagens produzidas pelos vigilantes da Universidade de Brasília que se definem como: guardas, vigias, vigilantes públicos, vigilantes orgânicos, vigilantes federais, seguranças públicos, seguranças orgânicos, seguranças federais e seguranças universitários. Todas essas autoimagens aparecem em seus relatos e também são produzidas pelos demais segmentos que convivem com eles, como os policiais, estudantes e vigilantes terceirizados.

Ao falar do seu trabalho, o Sr. Flávio relata:

Nós somos seguranças orgânicos, temos em média 60 anos de idade, a maioria de nós somos casados, temos companheira, temos filhos e netos... temos cerca de 34 anos de serviço na universidade e gostamos do nosso trabalho, motivo principal que nos impede de aposentar além da remuneração que cai... porque pelo menos 90% de nós temos condições de aposentar mais continuamos trabalhando... e também a maioria de nós tem diploma de nível superior, cerca de 70%, e alguns com pós-graduação. (Sr. Flávio, nov. 2017).

A partir das informações obtidas em campo, podemos afirmar que o perfil dos vigilantes públicos da UnB é o seguinte: Em relação ao estado civil, 80% são casados, 18% não responderam e 2% são divorciados. A idade média desses vigilantes é de 59 anos, com 35 anos de serviço. 90% encontram-se em condições de aposentadoria e 10% poderiam se aposentar dentro da regra atual em cerca de 8 anos. Em relação à escolaridade: 70% possuem diploma de nível superior (destes 48% têm pós-graduação), 20% estão fazendo terceiro grau, 10% não possuem diploma e não estão estudando.

Este depoimento começa destacando a idade destes profissionais. A idade avançada (60 anos) é imediatamente seguida pelo tempo de trabalho (34 anos). Ambas procuram salientar a experiência que se reflete, por exemplo, na capacidade de negociações internas (interação com os colegas) e nas demandas externas (administração dos conflitos): “Nós nos conhecemos há muito tempo. Sabemos quem é mais sério, ranzinza, tranquilo, agitado.... Somos uma família!” (Sr. Pedro, out. 2017).

Utilizamos nossas vivências, nossa percepção da vida porque já vimos muita coisa. Vivemos muito e isso é um ganho quando vejo uma pessoa em dificuldade. Penso em tudo que vivi, no que senti. O que deu certo e o que deu errado e posso usar para auxiliar quem atendo. (Sr. Bernardo, out. 2017).

Um elemento importante que apareceu com frequência nas entrevistas foi a importância do estudo e do conhecimento:

Pensam que nós somos pessoas sem conhecimento, formação, mas nós temos conhecimento. Temos o conhecimento formado aqui nesta universidade, pelo tempo de trabalho e o da formação acadêmica que a maioria de nós foi atrás! (Sr. Flávio, nov. 2017).

Os vigilantes buscaram na capacitação e na formação acadêmica, o conhecimento para adentrar na esfera dominante, entendendo que este capital cultural compõe uma estrutura simbólica de poder (BOURDIEU, 1989). Assim, por meio do estudo e de cursos de capacitação, os vigilantes públicos da UnB procuram se qualificar em seu trabalho e adquirir mais poder simbólico. Na visão deles, priorizar o conhecimento e a titulação é uma forma de aquisição de status e poder. Na universidade, os docentes são vistos como os detentores da cultura dominante. Eles estão no topo da hierarquia universitária e considerados os mais capacitados. Para adentrar neste espaço restrito, é necessário “jogar com as regras do jogo”, como dizem, isto é, como os docentes, adquirir maior conhecimento e titulação.

A partir deste perfil geral, identifiquei alguns elementos que estão na base da identidade dos seguranças públicos da UnB. Esses elementos podem ser apresentados em dois grandes eixos: (1) a importância da cultura universitária e do mandato profissional de servidor público federal, e (2) a cultura policial e militar.

3.1 CULTURA UNIVERSITÁRIA E MANDATO DE SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

A importância da cultura universitária na identidade dos seguranças públicos aparece com destaque no relato do Sr. Pablo:

Com o processo de redemocratização da universidade, também vimos a necessidade de redemocratizar a segurança porque éramos interpretados e administrados como se fôssemos guardas do reitor e precisávamos desconstruir essa forma de sermos vistos como uma vigilância patrimonial para a de quem tem a responsabilidade de proteger vidas, a comunidade. Temos uma convivência democrática, uma harmonia tendo em vista as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Aqui é um ambiente de liberdade, de democracia (...). Nós também fazemos parte deste processo de educação, de formação, de construção de uma cidadania comprometida com a sociedade e ao mesmo tempo com a defesa do patrimônio público. (...). O nosso compromisso é maior do que a defesa do patrimônio, é maior do que a defesa da vida. Porque é uma relação que nós temos consciência que nós estamos nos relacionando na construção de uma consciência política, cidadã, profissional. Nós estamos dando perspectiva de vida a este jovem que entra na universidade. Por isso que nós viramos seguranças universitários orgânicos das universidades federais brasileiras e temos um carinho tão grande e uma consciência com o nosso trabalho. Para você entender, nós não protegemos um estacionamento de um shopping. Nós não protegemos a entrada e saída de morador de condomínio. Nós não fazemos segurança de festa de um grande cantor nacional. Nós fazemos a segurança da universidade porque aqui se produz também. Além de qualificar pessoas, nós também produzimos ciência. Então, nesta produção faz-se necessário ter pessoal qualificado para poder defender essa produção científica a partir do diálogo. Então, por isso que nossa função é importante. Nossa relação com o aluno (...). Eu já tive o prazer de ter visto ele como aluno e hoje ele é um

professor. O que ele adquiriu, nós adquirimos também, adquirimos juntos. O título dele é nosso também, dependeu de nós. O que nós produzimos? Não produzimos bicicleta, carros. Nós produzimos cidadão qualificado para exercer a sua atividade profissional qualificada em benefício da humanidade porque se eu falar que é a serviço do Brasil vou estar limitando o conhecimento adquirido aqui. Porque o conhecimento adquirido aqui pelos nossos estudantes é ilimitado. É isso que nós vemos! (Sr. Pablo, nov. 2017).

Com este relato, o Sr. Pablo mostra como os valores da cultura universitária são fundamentais na definição identitária desses seguranças. Eles vivem e carregam consigo a cultura universitária e seus ideais que se formaram com a criação da UnB e se fortaleceram com a redemocratização vivida pela universidade após a ditadura militar. Os princípios universitários, como a liberdade de ensino orientada para uma formação humanística científica, como vimos no primeiro capítulo, expressam os princípios democráticos. Pensar sua identidade de vigilante, é pensar sua relação com a universidade, que é uma relação de identificação. Os vigilantes públicos têm uma relação intrínseca com a universidade que se revela em expressões como: “nosso estudante, nossa instituição” etc. O pertencimento à cultura universitária também se expressa quando relatam que o “título” e, por conseguinte, o conhecimento adquirido aqui pelos alunos e professores também pertencem de alguma forma a eles. Como afirma Castro:

O pertencer significa partilhar características, vivências e experiências com outros membros das comunidades de pertencimento, desenvolvendo sentimento de pertença. O pertencimento diz respeito aos laços familiares, ser membro de uma dada sociedade, dentre outras relações que vão se estendendo com o estabelecimento de vínculos, referências e valores. (CASTRO, 2015, p. 39-40).

Destacam-se também nos depoimentos, os sentimentos de “prazer” e “carinho” que os vigilantes manifestam para caracterizar seu papel para a formação do estudante enquanto cidadão (que pode eventualmente se tornar professor). Esse lado emocional está fortemente presente e eles consideram que fazem parte da missão institucional da universidade. Compreendem seu trabalho da vigilância como sendo parte do objetivo final da instituição, isto é, formar cidadãos. Afirmam que “também fazem parte deste processo de educação”. Assim, seu pertencimento pode ser descrito como uma forma de “identificação por semelhança” (OLIVEIRA, 1976), na medida em que os seguranças orgânicos se equiparam aos estudantes e professores.

Observei nos relatos dos vigilantes o pertencimento à universidade como um valor fundamental de sua identidade. Eles se veem como parte da instituição e estabelecem com ela uma relação intensa de identificação. Este pertencimento é também um pertencimento afetivo (PAULINO, 2018) que identifica esse grupo como um “nós” maior, neste caso, “nós, a

universidade”. De uma autoimagem inicial de simples “guardas patrimoniais”, os vigilantes se identificaram progressivamente, sobretudo após a ditadura militar, com os valores da cultura universitária e se mostram em sintonia com os ideais dessa cultura: a liberdade de ensino, pesquisa e extensão, o conhecimento público voltado para a sociedade, os valores democráticos e universais, etc. Assim, progressivamente, passaram de uma identidade de simples “vigilantes ou guardas patrimoniais” para uma identidade de segurança que defende a vida, a cidadania, a “consciência política, cidadã, profissional”. Nesse sentido, os meus interlocutores ressaltaram que, mais do que defender a vida, defendem as perspectivas de vida, a oportunidade para a construção de uma consciência cidadã que estaria acima da defesa da vida. Esses ideais não são exclusivos deles. São os ideais da instituição. A qualificação que conquistaram, com a importância de investir nos seus estudos e a necessidade de organizarem-se em defesa de seus direitos, como no caso dos seminários, também expressa esses ideais e explicam seu pertencimento à cultura universitária.

Como o objeto do trabalho dos vigilantes é a universidade, portanto, o lugar onde se produz o conhecimento científico, os meus interlocutores também consideram que “qualificam pessoas” e que “produzem ciência” ou, pelo menos, participam de sua produção. Essa visão estabelece uma hierarquia de valores que coloca os vigilantes públicos acima dos vigilantes privados, já que aqueles são parte orgânica da instituição e também atribuem maior importância ao conhecimento proporcionado pela universidade. Por essas razões, como relata Sr. Pablo, referindo-se a todos vigilantes públicos, afirmam que não trabalham como segurança de “um shopping, um condomínio, de um cantor nacional”, pois, pertencer à universidade é um elemento fundamental e requer uma qualificação que os seguranças terceirizados não possuem:

É preciso destacar que os vigilantes terceirizados não têm nos seus cursos de formação um módulo de como prestar segurança em uma instituição de ensino, principalmente nas IFES, onde, além do grande fluxo de pessoas, há ainda a convivência constante com os estudantes, os técnicos e os docentes, que têm peculiaridades únicas ao se considerar o bojo da sociedade brasileira [...]. (FASUBRA, 2011 apud JACOBSEN; CORDEIRO, 2015, p.8).

Os vigilantes públicos dizem serem os únicos que possuem a qualificação necessária a este ambiente acadêmico tão peculiar caracterizado pelos princípios de liberdade e democracia que exigem uma forma específica de conduzir os trabalhos. Nesse ambiente tão peculiar, é necessário buscar uma convivência harmoniosa que se constrói por meio do diálogo permanente. A importância dada ao diálogo é muito ressaltada pelos meus interlocutores. Presenciei várias ocorrências durante as quais os vigilantes terceirizados perguntavam aos vigilantes públicos o que deveriam fazer. Quando não conseguiam resolver uma determinada

questão mediante o diálogo, eles solicitavam auxílio aos vigilantes públicos. Por exemplo, durante uma conversa entre um vigilante terceirizado e um aluno de engenharia, este último se referiu a uma lei para contrariar uma solicitação do vigilante que não soube como responder. O vigilante do quadro acabou interferindo e resolveu o conflito conversando com o aluno.

Acompanhei uma outra ocorrência que também revela como os vigilantes do quadro são considerados detentores de um maior conhecimento, capaz de resolver situações com as quais um vigilante terceirizado encontra-se desarmado. Um determinado dia, no período da manhã, um vigilante privado solicitou ajuda aos vigilantes públicos porque um bloco tinha sido inundado durante a noite e as salas de aula estavam alagadas. Segundo seus termos, ele “não sabia o que fazer e o que dizer” aos estudantes que aguardavam entrar no prédio. O Sr. Flávio e o Sr. Bruno responderam ao chamado e orientaram a equipe da limpeza para retirar a água, solicitando aos alunos que aguardassem do lado de fora do prédio até que o trabalho fosse finalizado para evitar qualquer risco de escorregamento, o que pode ser visto na foto abaixo.

Figura 11 - Sr. Flávio orientando os alunos sobre a interdição momentânea do bloco (novembro de 2017)



Fonte: Elaborada pela autora

Assim, a cultura universitária, com seus valores de democracia e liberdade, é um dos pilares da definição da identidade dos seguranças públicos da Universidade de Brasília. Esses princípios são socialmente compartilhados pelo grupo e alimentam sua autoimagem de seguranças orgânicos enquanto seguranças universitários. Os valores da universidade que fundam a identidade desses seguranças não são apenas princípios ideológicos abstratos. Devem ser aplicados no cotidiano do seu trabalho. Por essa razão, como numa democracia, os

seguranças dizem buscar em permanência o diálogo e a conciliação para administrar os conflitos. Procuram uma convivência harmoniosa entre os frequentadores da universidade que possa garantir o bom funcionamento da instituição.

Um outro aspecto fundamental da identidade destes seguranças, intimamente relacionado ao pertencimento à instituição, é o vínculo empregatício de servidor público federal. Segundo o Sr. Júlio:

Essa relação profissional da segurança começou com o nosso concurso público, e a relação do estudante com a universidade através do concurso público chamado vestibular. A minha profissão de segurança precisa de um leque maior de formação. Não é só dizer sim, dizer não. Para negar alguma coisa para um aluno ou um professor, para dizer não ao estudante ou ao professor, você tem que ser preparado para dizer não. Por isso também os seminários. Eles sabem argumentar. São inteligentes. O que é ser segurança? Nós somos um país federativo, então, num país federativo, existe o município, o Estado e o governo federal. Então, nós pertencemos ao governo federal. Eu sou um agente do Estado. Eu tenho obrigações legais com o Estado. Nós somos a universidade! Nós somos servidores públicos que podemos exercer a nossa função em qualquer universidade do país. Ou seja, desde que eu cumpra as exigências legais do cargo. Então, um vigilante do Acre, do Rio Grande do Sul é a mesma coisa. Por isso que nós temos orgulho do ser segurança federal, do serviço público federal. Isso também é uma forma de sensibilizar, de tentar legalizar a identidade de segurança federal, com destaque e respaldo legal para atuar. Isso fortalece nossa identidade. As universidades brasileiras produzem cidadãos qualificados para atender o país prioritariamente. Essa identidade nacional nos fortalece como instituição. Nós sabemos que fazemos parte de tudo isso. Somos servidores públicos federais, seguranças orgânicos federais, das universidades brasileiras e isso nos enche de orgulho! Então, nós somos diferentes dos terceirizados porque, infelizmente, as empresas terceirizadas, elas têm uma relação com as instituições, uma relação institucional. Eles têm uma relação com o lucro. A preocupação da segurança orgânica é pelo institucional, é pelo bom funcionamento da comunidade, as boas relações, a harmonia. Então, nossos compromissos são diferentes. Outra questão é que, para nós, um erro é um problema grave. Posso perder tudo. No caso do vigilante privado, a empresa responde e ele pode ou não ser demitido, pode ser obrigado a restituir, descontar, mas, para nós, é perder tudo, as nossas garantias, aposentadoria.... Existe também uma alta rotatividade na terceirização e isso provoca uma distância, um distanciamento entre os seguranças privados e a instituição que ele presta. (Sr. Júlio, nov. 2017).

O discurso acima enfatiza a importância atribuída ao vínculo de servidor público que também é fundamental para estabelecer a sua identidade de seguranças federais em contraste com os seguranças privados. A Lei nº 8.112/90 estabelece que o acesso ao serviço público é realizado por concurso público. Somente quando aprovado no número de vagas, um candidato pode ser empossado no cargo ao qual concorreu e ingressar no serviço público. O ritual é uma norma instituída pela sociedade “para promover a identidade social e construir seu caráter” sendo, portanto, um elemento central na transmissão e reprodução de valores (DA MATTA,

1997, p. 29). Nesse sentido, o concurso público e a nomeação são ritos administrativos que transformam um cidadão comum em servidor público. O servidor deve representar os princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37 da CF/88) (BRASIL, 1988). O ingresso no serviço público, portanto, pode ser visto como uma espécie de ritual de passagem.

Ao tornarem-se servidores públicos, os seguranças incorporam os princípios da administração pública. É interessante ressaltar que, neste aspecto, os vigilantes públicos equiparam-se aos professores e aos outros funcionários públicos da universidade, já que todos ingressam na instituição por intermédio de concurso. Eles também se equiparam aos estudantes na medida em que o vestibular também é visto como uma forma de concurso público. Assim, o concurso público, real ou imaginado (vestibular), é visto como um rito de passagem que faz um indivíduo adquirir uma nova identidade. Esse rito conecta estudantes, professores e outros funcionários. Ele também implica uma relação de igualdade entre esses três segmentos que compõem a instituição e que partilham uma mesma cultura (a cultura universitária), em contraste com os vigilantes terceirizados.

Uma das características primordiais do servidor público é que suas atribuições estão previstas em lei. Assim, cabe a ele, investido em cargo público, seguir o que é estabelecido pelos instrumentos legais administrativos. Deve, portanto, cumprir com legislações, normas, portarias e demais mecanismos legais e formais da administração pública. Esta condição de servidor público, orientado por leis, é lembrada pelos vigilantes para justificar suas ações e contrastá-las com as dos vigilantes das empresas terceirizadas. Cabe a este servidor, como representante do Estado, aplicar as leis, podendo, em situações não contempladas pelo ordenamento jurídico, usar sua discricionariedade.

A seriedade com a qual exercem seu dever de servidor público federal faz com que as questões legais sejam de importância fundamental nos relatos desses vigilantes. Elas conferem-lhes autoridade, respaldo para sua atuação e participam da formação de sua identidade (PONCIONI, 2014). Eles concebem seu mandato como uma autorização para praticar, a partir de seu vínculo de servidor público, ações em nome do Estado.

O discurso que prioriza o recurso legal facilita a condução das suas atribuições em conformidade com o objetivo institucional. A lei é utilizada como forma de garantir a defesa da universidade pública no seu projeto de cidadania. Assim, os vigilantes públicos consideram que a qualidade do trabalho só pode ser garantida mediante o vínculo de servidor público. É esse vínculo que lhes possibilitam assumir os compromissos com a instituição e não o lucro, como ocorre com as empresas privadas.

Este discurso da legalidade também é acionado para justificar o comportamento acolhedor e harmônico dos vigilantes e suas condutas proativas e autônomas em prol ao bem comum. Por exemplo, um estudante que perde as chaves de seu carro e uma servidora que liga chorando preocupada com o sumiço do patrimônio em sua carga são “acalmados e acolhidos” pelos vigilantes.

Ser orientado pelas leis também é importante para reduzir o risco de erro, sobretudo quando consideramos a amplitude de suas atribuições e a intersecção de competências com outros órgãos de segurança. No entanto, ao usar a lei para reduzir o risco de erro, existe sempre a possibilidade de engessar a resposta. Ou seja, o poder discricionário atribuído aos seguranças pode resultar no enfoque único da lei acima da questão moral e humana, isto é, se traduzir em um excesso de legalismo que ameaça anular a autonomia do vigilante e seu diferencial de conduta. Um excesso de legalismo também impossibilita contestar a desigualdade presente na sociedade. As leis, oriundas do Estado, garantem não só a ordem, mas também a posição desigual de cada um na sociedade. Na sociedade brasileira, que Da Matta (1997) qualifica como hierarquizada e Kant de Lima (2008) como piramidal, as leis são utilizadas para manter a segmentação e as desigualdades sociais.

Em seu discurso, o Sr. Júlio destaca seu orgulho de ser um “servidor público federal”. Nesse sentido, ele também contrasta sua identidade com a dos vigilantes terceirizados que trabalham para empresas interessadas, prioritariamente, no lucro e não nos princípios defendidos pelos seguranças orgânicos. Assim, entendem que construir e defender sua identidade de segurança público implica em defender os princípios fundamentais da universidade e garantir a continuidade de seu compromisso com os objetivos da instituição a curto, médio e longo prazo. Uma situação bem diferente ocorre com os vigilantes terceirizados que não possuem vínculo empregatício que permita a estabilidade e a continuidade de seu trabalho com a instituição. Os vigilantes terceirizados são vistos como dependentes das empresas prestadoras de serviços que orientam sua atuação e seu compromisso com a universidade prioritariamente pela busca do lucro financeiro. A finalidade essencialmente econômica dessas empresas se contrapõe ao valor moral do servidor público. Como sinaliza um documento da FASUBRA de 2011, “[...] a segurança do ambiente acadêmico não pode ser copiada do “modus operante” da área privada, devido à atividade fim dessas Instituições” (JACOBSEN; CORDEIRO, 2015, p. 8). Essa característica tem marcado as privatizações no Brasil que privilegiam a maximização do lucro e não a eficiência da gestão (JACOBSEN; CORDEIRO, 2015). Assim, os vigilantes terceirizados da UnB podem ser demitidos ou facilmente deslocados para uma outra instituição. Esta característica leva a um quadro de grande

rotatividade desses trabalhadores, corroborando para que eles também não tenham compromisso com a instituição, nem com a defesa dos direitos da categoria.

Somente os seguranças concursados, enquanto servidores públicos, têm esse compromisso com a instituição em razão de sua estabilidade empregatícia conquistada após o estágio probatório. Esse compromisso com a instituição é lembrado pela história de cada um desses servidores na universidade e contrasta com a situação dos vigilantes privados. Estes últimos são considerados mais distantes e menos comprometidos com os ideais da universidade porque podem ser trocados pela empresa terceirizada a qualquer momento ou simplesmente demitidos com mais facilidade.

O discurso dos vigilantes públicos sobre os terceirizados não deixa de revelar certas ambiguidades. Por exemplo, os vigilantes públicos consideram que a rotatividade dos vigilantes terceirizados é alta, que o vínculo empregatício destes últimos é mais frágil e, de modo geral, que suas condições de trabalho são piores. No entanto, ainda assim, os vigilantes públicos dizem serem mais prejudicados que os terceirizados diante de um erro. Um compromisso maior também significa uma responsabilidade maior. Em caso de conduta contrária à lei, seguindo os preceitos da Lei nº 8112/90, as sanções aplicadas ao servidor público federal infrator podem se traduzir em demissão e exoneração, implicando na perda de todas as vantagens de servidor público, principalmente a estabilidade no emprego e a aposentadoria integral. Assim, os seguranças orgânicos dizem ter mais autonomia, mas também mais responsabilidades que os vigilantes terceirizados que, quando cometem erros, recebem punições consideradas menores. Eles podem ser demitidos pela empresa, mas, mesmo nesses casos extremos, suas perdas são consideradas menores. No caso dos servidores públicos, eles devem cumprir a lei e sofrem pressões maiores para evitar o erro que pode levar a perder um investimento que levou anos para ser construído. Este é um exemplo da hierarquia de valores entre os vigilantes públicos e os vigilantes terceirizados.

Ter sido aprovado em concurso público por mérito também dá aos seguranças públicos um reconhecimento simbólico e um status maior que se traduz, por exemplo, em uma remuneração melhor. Como categoria do serviço público que conseguiu se unir para defender seus direitos coletivos, eles também conseguem periodicamente conquistar novos ganhos e melhorar suas condições de trabalho, por exemplo, com a aprovação de uma escala de trabalho diferenciada e de adicionais de periculosidade. Como ressalta Dejourns (1987), na formação da identidade do trabalhador, a retribuição por meio da recompensa é uma característica do reconhecimento do trabalho. Esta recompensa pode ser simbólica (utilidade e qualidade do trabalho) ou material (espécie de valor de troca, remuneração).

Assim, como os exemplos acima já revelam, as diferenças entre seguranças públicos e seguranças terceirizados na Universidade de Brasília também se traduzem em relações hierárquicas. Ao analisar a sociedade brasileira, Da Matta (1997) mostrou a existência de uma hierarquia internalizada e que as leis não eram aplicadas para todos da mesma forma. Mesmo se todos são iguais perante a lei, existem aqueles que parecem não serem atingidos por ela e é necessário identificar “quem está falando” (DA MATTA, 1997, p.182). Nos relatos sobre segurança na UnB, também apareceu uma hierarquia interna entre os vigilantes terceirizados e os vigilantes públicos. Essa hierarquia foi reconhecida pelo vigilante terceirizado que afirmou: “Os estudantes não veem a gente como os seguranças orgânicos federais. Eles veem a gente como inferiores porque não somos servidores federais!” (Sr. Nilo, nov. 2017).

A hierarquia é internalizada e compartilhada por toda a comunidade universitária. Outro exemplo de sua manifestação ocorreu durante um ato no ICC contra as demissões de terceirizados em março de 2018. (Ver Figura 12 abaixo).

Figura 12 - Ato no ICC contra as demissões de terceirizados (março de 2018)



Fonte: Elaborada pela autora

Durante esse ato, aproximei-me de um grupo de estudantes que debatia o futuro da segurança na UnB. Estavam preocupados com o impacto das demissões para a manutenção da universidade, principalmente em relação à segurança e limpeza. Diziam que a segurança seria muito prejudicada. Aproveitei as falas para me aproximar e perguntar o que achavam da atuação

dos vigilantes, se viam alguma diferença entre os seguranças terceirizados e os públicos. Responderam pela afirmativa. A fala de Afonso, estudante de pedagogia, resume essas diferenças de status entre as duas categorias e enfatiza também a busca pelo diálogo que caracteriza a atuação dos seguranças públicos:

Os vigilantes das empresas não têm o conhecimento e a forma de falar dos vigilantes da UnB. Os vigilantes daqui conhecem tudo, eles explicam, falam com educação e a gente percebe que conhecem e se preocupam, eles são responsáveis pela segurança, já os da empresa não conhecem a UnB, como funciona, eles não conseguem explicar, eles estão preocupados em perder o emprego! É uma pena porque essas demissões só confirma o medo deles e piora o trabalho! ” (Afonso, mar. 2018, estudante de pedagogia).

Os estudantes consideram os vigilantes terceirizados como sendo somente “vigilantes patrimoniais”. Sua identidade se confunde com uma identidade de porteiro. A mesma ideia está presente entre os vigilantes públicos quando falam de seus colegas terceirizados: “Eles [vigilantes terceirizados] não têm um respaldo como nós que somos servidores. A função deles não é de tomar uma atitude, de controlar a situação. O controle deles é de portaria.” (Sr. Xavier, dez. 2017).

Assim, contrariamente aos seguranças terceirizados, os seguranças públicos compartilham os valores da universidade e têm um maior vínculo com a instituição que lhes dá maiores direitos, mas também deveres. O trabalho das duas categorias, embora se assemelhe, na prática, apresenta diferenças importantes simbólicas e reais. Em razão da instabilidade de seu vínculo empregatício, o segurança terceirizado não pode se envolver plenamente com a segurança da universidade. O simples fato dos terceirizados não poderem registrar as ocorrências no Livro de Ocorrências, de uso exclusivo dos seguranças públicos, evidencia essas diferenças.

Certo dia, enquanto conversava com o Sr. Bernardo, um vigilante terceirizado o chamou de: “Ei, Federal! ”. Questionei o chamamento e obtive a seguinte explicação: “É porque sou servidor público federal! Ele diz isso porque é importante para nós, nos representa como seguranças orgânicos! ”. Entendi a importância dessa identidade de “federal” para o trabalho desses seguranças e, por isso, optei por usar essa expressão como título desta monografia. O vigilante terceirizado, com quem conversei posteriormente, disse-me que almejava “chegar lá um dia! ”, referindo-se, assim, à atividade de vigilância no serviço público federal. “Ser federal” representa, portanto, uma imagem de identificação com a universidade e o serviço público, é um desejo para quem ainda não é “federal”, uma forma de pertencimento que muitos vigilantes

terceirizados ambicionam. Muitos pretendem tornarem-se, um dia, servidor público e, assim, segurança orgânico.

Enquanto servidores públicos, os seguranças orgânicos se sentem encarregados de uma missão pública e de servir uma instituição com a qual eles se identificam, dividindo com ela uma história e valores comuns. Assim, eles constroem uma identidade peculiar que os diferencia dos seguranças terceirizados. Em relação aos seus colegas terceirizados, os seguranças públicos têm não só um status maior, que se traduz por vantagens simbólicas e materiais (maior salário, por exemplo), mas também partilham uma “cultura universitária” comum que não é vivenciada pelos terceirizados em decorrência da fragilidade de seu vínculo empregatício.

3.2 CULTURA POLICIAL E MILITAR

Como vimos no capítulo 1, durante a ditadura, o trabalho dos vigilantes foi impactado pela ideologia militar. Posteriormente, os vigilantes também fizeram cursos de formação policial. Essas experiências se traduziram na adoção de alguns elementos de uma cultura policial e militar que também configuram a identidade dos seguranças públicos da Universidade de Brasília. O relato abaixo apresenta as especificidades dos seguranças públicos e de seus modos de atuação em contraposição com outras forças de segurança, principalmente policiais, mas também sobre a influência militar:

A nossa limitação institucional é no sentido de orientar, de combater, mas quando acontece um crime tem a necessidade da intervenção dos órgãos de segurança pública do Estado. No caso, a Polícia Militar, Civil e Federal e a Constituição estabelece isso, é bem claro. Dentro da universidade, não achamos necessário chamar a polícia para uma passeata de estudante dentro da UnB porque neste momento ele deixa de ser apenas um estudante e está a praticar o exercício de cidadania. Uma manifestação que reivindique água na casa dos estudantes é uma reivindicação de cidadania. Uma manifestação para a melhoria do Bandeirão, da Biblioteca, é um processo de educação cidadã para a melhoria de todos. Essas manifestações que acontecem na UnB representam o compromisso de cidadania que é construído no dia a dia e é mais do que legítimo. Portanto, não devemos confundir a necessidade da Polícia Militar ou de qualquer órgão da segurança pública para atender às necessidades de combate ao crime, furto no estacionamento, roubo de bicicleta, tráfico de drogas, quem tem que combater? Nós fazemos o trabalho ostensivo. Temos atribuições semelhantes e nos esforçamos para não acontecer nada de ruim para a comunidade. Mas quando acontece, nós temos que chamar as pessoas especializadas. A polícia está no campus porque a segurança tem limitações institucionais. É para combater o crime, não pode ser usado para um projeto de repressão, não deve ser usado. Então, nós precisamos modernizar e ampliar o nosso diálogo junto à comunidade. Essa é a saída. Mas somos pessoas complexas e contraditórias e necessitamos de disciplina. Então, temos que

cumprir a lei e manter a ordem para proteger as pessoas e permitir um ambiente harmônico para formação dos estudantes como cidadãos. Tivemos o contato com os militares quando entramos aqui e depois fizemos formação na Polícia Federal e Civil além de vários de nós terem passado pela polícia e pelas forças armadas antes de vir para cá. Por isso e pelos seminários, temos uma postura diferente. Somos como um militar e policial, só que com mais coração. Já trabalhamos junto com as polícias, em conjunto na operação ‘Papa Sereno’ que a gente conseguiu zerar as ocorrências aqui no campus em 2002. A gente pegou foi gente saindo do buraco de madrugada com computador na mão e não era da universidade não. Nós, seguranças orgânicos universitários federais precisamos permanecer na universidade pública federal. (Sr. Cristiano, fev. 2018).

Neste depoimento do Sr. Cristiano, fica evidente a influência dos militares e das polícias na postura assumida pela categoria. Lembramos que a maioria dos vigilantes públicos ingressou na universidade durante a gestão militar. Os seguranças também conviveram e interagiram com as diferentes polícias em sua rotina de trabalho ou nos cursos de formação. Esses contatos levaram a influências complexas da cultura policial e militar nos seguranças da UnB. Essas influências são cheias de ambiguidades e contradições.

Os estudos de Muniz (1999), Silva (2011), Poncioni (2014) e Costa e Lima (2014) mostraram a influência dos militares sobre as polícias brasileiras. Segundo Costa e Lima (2014), as organizações militares e policiais compartilham práticas para se adaptarem a mudanças no ambiente externo. Diante de incertezas, essas organizações tendem a se homogeneizar e incorporam práticas comuns num procedimento que foi chamado por Powell e DiMaggio (1991) de “forças de isomorfismo”. Poncioni (2014) também mostrou que a formação profissional desenvolvida nas academias de Polícia Civil e Militar é responsável pela construção das representações sociais predominantes da identidade profissional do policial, formando o que podemos chamar de uma “cultura policial”.

Os vigilantes da Universidade de Brasília foram duplamente influenciados, pelos militares e pelos policiais. A influência militar decorre da experiência de trabalho durante a ditadura ou da passagem pelo serviço militar obrigatório. Já no caso da influência policial, ela vem, sobretudo, dos cursos de formação. Os vigilantes se referem a esses cursos de formação nas polícias como uma forma de especialização e de representação de sua identidade. Eles assimilaram o conhecimento destes segmentos, embora não compartilhem de todos os seus ideais.

É interessante lembrar que durante a ditadura os vigilantes públicos reclamavam da conduta dos militares para com a comunidade e dos atos repressivos e controladores. No entanto, de modo um pouco paradoxal, também relatavam com certa admiração sua conduta no cumprimento da lei, as condições de trabalho que tinham, etc. Como mostra o relato do Sr.

Cristiano, essa herança da “postura militar” é assumida pelos vigilantes para o cumprimento das atribuições de manutenção da “ordem para a proteção das pessoas”. É importante também mencionar a atuação da Polícia Militar. Essa instituição tem relações históricas com a categoria dos vigilantes da UnB. Ela interage constantemente com eles no campus e tem uma atuação ostensiva rotineira.

Nos discursos dos vigilantes públicos sobre os policiais, é possível encontrar semelhanças e diferenças, evidenciar contradições, oposições que diferenciam essas duas categorias e caracterizam a construção de suas identidades respectivas. A identidade dos vigilantes não deixa de ter influências pela ideologia policial, mas ela não se confunde com ela.

Os trabalhos de Kant de Lima (2008), Costa e Lima (2014), Ponciani (2014), Silva (2011) e Muniz (1999) nos ajudam a entender o que é essa “cultura policial”. Kant de Lima (2008), por exemplo, explica que a formação policial no Brasil reflete os valores culturais de uma sociedade preconceituosa e hierarquizada. Para ele, compreender a atuação da polícia na segurança pública pressupõe relacioná-la a aspectos de nossas tradições culturais e judiciárias implícitos na relação com o espaço público a partir do modelo de controle social brasileiro. Assim, no Brasil, o espaço público é apropriado de forma particularizada pelo Estado. Essa apropriação é resultado de um acordo (e não de um contrato) entre partes diferentes e desiguais para assegurar que cada uma permaneça no seu devido lugar mantendo a desigualdade. Esta sociedade segmentada, dividida e desigual, teria uma forma piramidal com o Estado no topo. Para o Estado, os conflitos são indesejáveis pois caracterizam a desarmonia e a ruptura da ordem. Eles devem ser minimizados e, quando a conciliação é impossível, os conflitos que ameaçam a ordem social devem ser fortemente reprimidos e extintos. A função da polícia é iminentemente interpretativa. Ela deve decifrar o lugar de cada um na estrutura social.

Este cenário impacta os setores de segurança pública, justiça e forças armadas. Vimos que os militares têm uma influência importante na cultura policial. Essa influência é reforçada por um *ethos* repressivo de combate ao inimigo. De modo semelhante, a cultura policial também é influenciada pelo *ethos* punitivo de uma cultura judiciária que busca punir os transgressores (KANT DE LIMA, 2008). Assim, o *ethos* policial, que deveria representar uma sociedade democrática, igualitária, defensora da expressão de cidadania e da universalização de direitos, acaba sendo desvirtualizado e desacreditado enquanto possível administrador de conflitos.

No relato do Sr. Cristiano, observa-se elementos desse *ethos* ambíguo quando se faz referência as atribuições e atuação dos órgãos de segurança pública. Costa e Lima (2014) salientaram as atribuições imprecisas de competências na categoria de “segurança pública”. No relato do nosso interlocutor, pode-se constatar vários exemplos dessa complexidade e

ambiguidade. O Sr. Cristiano reconhece as similitudes e as diferenças entre a atuação desses diferentes atores, mas não visualiza claramente os limites institucionais e as fronteiras de cada um. Por exemplo, pode-se apontar como semelhante a atuação da Polícia Militar na vigilância ostensiva e a atuação das polícias Civil e Federal no trabalho investigativo. No entanto, evidencia-se a complexidade entre o que se caracteriza crime e o relato de que se equiparam aos policiais.

O relato do Sr. Cristiano evidencia ainda o caráter repressor atribuído à conduta dos demais segmentos de segurança pública como os policiais militares. Diante de um cenário de desrespeito à ordem, esses policiais entram para coibir, fazendo uso da força em conformidade com seu *ethos* repressivo que criminaliza o mundo social. Segundo Muniz (1999), esse tipo de ação é também um exemplo do *ethos* militar. Se referindo a esses policiais, o autor afirma que “[...] no afã de buscar enquadrar a conduta criminoso, acabam elevando o universo de elementos suspeitos ao limite da vida social, ela mesma passando a ser identificada como suspeita e ilegal.” (MUNIZ, 1999, p. 86).

Essa atitude baseada na repressão é totalmente diferente da adotada pelos vigilantes da universidade que não possuem a mesma caracterização do que é crime e, portanto, não percebem o seu trabalho como sendo prioritariamente orientado para a repressão, mas sim para o diálogo. Os estudantes parecem ter muita clareza dessas diferenças de ideologias e comportamentos entre os vigilantes públicos e os policiais militares. O relato abaixo é de um estudante de geografia que participou de um movimento de ocupação da Reitoria. Ele fala sobre a atuação dos vigilantes públicos durante esse ato:

Estive na ocupação da Reitoria em outubro de 2016 e percebi que eles [seguranças da UnB] não eram agressivos, conversavam com a gente, pediam para a gente ter cuidado para não entrar gente de fora e bagunçar, atrapalhar a causa da gente e a imagem da UnB, até vi um dividindo o café com um aluno. Achei bacana! Acho que é porque eles conhecem a UnB e preferem não sair batendo.” (Roberto, mar. 2018, estudante de geografia).

Os policiais militares são vistos como sendo orientados por um *ethos* repressivo de truculência, característico da “cultura militar”. Eles veem os estudantes como inimigos e, diferentemente dos vigilantes, são péssimos mediadores em situações de conflito. Segundo Muniz (1999), a pouca aptidão ao diálogo em situações de conflito parece ser uma deficiência no processo de formação da “cultura militar”:

A despeito do maior ou do menor grau de adesão individual à cultura institucional da PM, todos os policiais militares (oficiais e praças) trazem consigo um dilema construído no período de formação escolar: eles são adestrados para intervir nos conflitos sociais e, paradoxalmente, não são educados para compreender que esses mesmos conflitos constituem uma

forma de sociabilidade, ou melhor, uma forma legítima de negociação da realidade social. (MUNIZ, 1999, p.102).

Nesse sentido, é interessante também lembrar aqui a fala do policial militar com o qual tive a oportunidade de conversar. Ao ser questionado sobre as ocupações no campus, a sua resposta também pode ser vista como representativa desse *ethos*:

Acho que estas coisas são de gente desocupada! Que só quer fazer baderna! Entra aqui numa universidade pública, não paga nada e ainda fica de onda! Gente que quer aparecer, viver às custas do governo! Tem que estudar! Se não quer, tem é que apanhar! Até porque aqui tem muito vagabundo, drogado, gente depravada! (Sargento Maurício, nov. 2017).

O *ethos* repressivo e punitivo da Polícia Militar expresso nesses depoimentos foi bem descrito e analisado por Kant de Lima (2008). É com esse *ethos* que os policiais militares constroem suas interpretações das ocupações estudantis em busca de melhorias. Trata-se de uma visão generalizante e preconceituosa acerca de qualquer movimento de ocupação e dos estudantes da universidade de modo mais amplo. Esta visão estereotipada, cheia de juízos de valor depreciativos, vê o estudante como um privilegiado, aproveitador, vagabundo, drogado e depravado, um indivíduo que merece apanhar e ser punido. A atitude de manifestar é considerada errada. Estudante que é estudante deve ficar em sala de aula, independente do que ocorre ao seu redor. É a ideologia do “cada qual no seu lugar” (DA MATTA, 1997, p. 184). Essa visão restrita e alienante nega a posição dos estudantes como sujeitos de direitos e, portanto, também demandantes da proteção da polícia. Nega-se aos estudantes os direitos civis e sociais básicos do exercício da cidadania. O contexto social é ignorado e são desconsideradas as desigualdades que marcam profundamente a nossa sociedade.

Diferentemente dos policiais, os seguranças da universidade não têm seu *ethos* marcado por comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias na interação com a comunidade. Ao contrário, quando comparados aos policiais militares, os seguranças têm “mais coração”, como afirma o Sr. Cristiano. Essa sensibilidade maior, que estimula o diálogo e não a repressão, também é confirmada pela fala de Roberto, estudante de geografia. Todos os vigilantes públicos da UnB destacam a necessidade de tolerância para lidar com a diversidade do mundo universitário. Durante o meu trabalho de campo com eles, nunca presenciei falas preconceituosas como aquelas que marcaram o meu encontro com os policiais militares. Não encontrei nenhuma equivalência tanto nos discursos como nos comportamentos. Como podemos explicar essas diferenças se os seguranças, como vimos, também compartilham alguns aspectos da “cultura militar”?

Os meus interlocutores explicam sua maior tolerância e abertura ao diálogo por vários fatores. Eles relataram o contato com o ambiente universitário e sua diversidade, as experiências vividas no trabalho e também dizem ter uma maior sensibilidade em razão dos seminários que eles organizam periodicamente. Nesses seminários, eles têm contato com estudos de sociologia e psicologia. Percebem que as diferenças de raça, classe econômica, religião e opção sexual, por exemplo, são componentes importantes da identidade de uma pessoa, mesmo que nenhuma delas defina totalmente um indivíduo. Em razão de sua cultura universitária, eles dizem ser mais sensíveis à complexidade do mundo social, recusando estereótipos e dicotomias rígidas. Por isso, diferentemente dos policiais militares, os vigilantes sempre privilegiam o diálogo, sempre procurando respeitar as diversidades em seus discursos e atitudes.

O depoimento do Sr. Cristiano também enfatiza a imprecisão do que seria, na prática, um crime para os vigilantes públicos. Pela especificidade de seu trabalho, os vigilantes devem lidar com pessoas que necessitam de ordem e disciplina. Manter a ordem é indispensável para construir um ambiente universitário relativamente harmônico. Nem sempre é possível, mediante o diálogo, cumprir com esse objetivo. Quando “algo de ruim acontece”, é necessário recorrer aos ensinamentos militares e policiais. Quando não conseguem mais mediar o diálogo, eles não hesitam em chamar a polícia para atuar. Os vigilantes reconhecem, portanto, a possibilidade e até necessidade do uso da força quando avaliam que a situação exige. Caso, por exemplo, quando as negociações falham e que o diálogo se torna impossível. A passagem entre o diálogo e a força é sempre uma linha tênue e complexa, mas os vigilantes, contrariamente aos policiais, não aceitam caracterizar como crime atos que eles entendem como ações de cidadania.

A conduta persecutória que muitos desses vigilantes vivenciaram durante a ditadura talvez explique essa maior sensibilidade. Os seguranças públicos da universidade resistiram à ditadura e, com o advento do período democrático, reformularam suas ações. Eles sabem da necessidade de usar a força em certas circunstâncias e, nesse sentido, eles partilham da cultura militar. Contudo, isso não significa que eles concordam com a restrição da liberdade e da cidadania. Agir assim significaria por em risco a harmonia do funcionamento da universidade e os valores da própria instituição. Consideram que o espaço público da universidade é um espaço livre para ações políticas em conformidade com o ideal democrático. Eles não veem as manifestações e reivindicações estudantis como crime. Pode-se dizer, então, que para os vigilantes públicos, crime significa algo que eles não conseguem ou não querem resolver. A força só deve ser empregada para combater esses crimes, ou seja, situações extremas que fogem de controle.

Em seus discursos, os seguranças dizem convocar os policiais somente na ocorrência de crimes, mas parecem procurar retardar ao máximo a intervenção dessas outras forças de segurança. Assim, durante o meu trabalho de campo, ouvi muitas histórias de situações limites durante as quais os seguranças colocavam sua própria vida em risco para proteger a comunidade. Por exemplo, certa vez, o Sr. Daniel relatou que um colega foi impedir o furto de um carro no estacionamento da Faculdade de Educação à noite e foi baleado. O Sr. Marcel também comentou que, um dia, ele e um colega foram procurar um carro com suspeitos de furtos no estacionamento da Biblioteca e foram recebidos com tiros. Uma vez, também, fui impedida de acompanhar uma ocorrência de suspeita de furto no estacionamento do ICC por a situação ser considerada perigosa. Esse fato foi-me narrado como sendo um “crime”.

É interessante refletir sobre a noção de “crime” na visão dos seguranças públicos. Protestos e manifestações estudantis, por exemplo, não são considerados crimes, mas formas legítimas de luta pela cidadania. Esses atos devem respeitar a ordem, mas a atuação dos seguranças deve ser caracterizada pelo diálogo e não pela repressão. O que é geralmente considerado crime são certas ocorrências como: furtos, roubos, assaltos e tráfico de drogas. Atender a essas ocorrências demanda treinamento e pode colocar a vida dos seguranças em perigo. É durante essas ocorrências, ou seja, diante de situações caracterizadas como crime que os seguranças orgânicos da UnB se aproximam mais do *ethos* militar, podendo, em função da gravidade do caso, solicitar apoio policial.

Poncioni (2014) também enfatizou a hierarquia como sendo uma característica do *ethos* militar e mostrou como ela impacta negativamente a organização interna dessas instituições e sua criatividade. Embora se manifeste, a hierarquia não é saliente entre os vigilantes da UnB que mostram ainda muita criatividade para conseguir manter a ordem na universidade. A criatividade é complementar ao diálogo e sempre privilegiada em detrimento do uso da força. Um exemplo pode ser visto no relato de Sr. Fernando quando evoca o “teatro” realizado para remover famílias instaladas ilegalmente no campus:

A gente encontra famílias inteiras morando ali dentro [no campus] por causa da reciclagem e a gente faz um teatrinho [para tirá-las]. Vem de Kombi, vem gente de terno e a gente fala que essa gente é a Agefiz, que vão retirá-los, que vão pegar as crianças e levar. Assim a gente consegue que eles saiam de lá. Mais é um teatro mesmo, uma novelinha. Eu já fiz uma ou duas vezes. Pegava uma prancheta, pegava um terno, pegava uma mulher (porteira) e colocava uma prancheta na mão dela e falava: ‘Olha, esse pessoal é do GDF. Por enquanto vocês estão falando com a UnB, mas aqui tem o pessoal da Agefiz, o pessoal da criança, o Ministério Público e o Conselho Tutelar. Infelizmente, a gente vai dar um prazo de tantas semanas para vocês saírem. Se vocês não saírem, vocês vão tratar com eles, aí eles vão pegar as crianças, vão pegar as coisas de vocês’. Aí o pessoal sai. (Sr. Fernando, out. 2017).

Percebe-se neste relato a postura criativa dos vigilantes que buscam soluções alternativas e criativas para a resolução dos conflitos em vez de simplesmente reprimir e remover os invasores com o uso da força. Neste caso, os seguranças não usaram a força de forma direta (confronto físico), nem indireta (convocando os policiais). Eles avaliaram que a invasão não devia ser coibida pelo uso da força, mas, ao mesmo tempo, era necessário liberar o território da universidade, isto é, o patrimônio público, de seus invasores ilegais. A criatividade e não a repressão foi a solução encontrada e com sucesso. É provável que se essa solução tivesse falhado, desse modo, os seguranças teriam chamado os policiais. O importante, no entanto, é que eles sempre privilegiam o diálogo na resolução de conflitos e que o uso da força é sempre considerado uma solução última que necessita da intervenção de terceiros.

É importante lembrar que os vigilantes, tanto públicos como terceirizados, não possuem qualquer tipo de armamento. Os seguranças públicos dizem que o uso de arma seria negativo para a sua própria segurança porque acreditam que seriam mais visados pelos “criminosos” que poderiam abordá-los com mais violência para roubar sua arma. Os meus interlocutores afirmam que o assunto do armamento foi longamente discutido pelos conselhos deliberativos da universidade. Dizem não sentir necessidade de andar armados, podendo sempre acionar a Polícia Militar e contar com a ajuda destes profissionais quando a situação exige. Assim, declaram com frequência que a única arma que possuem é o diálogo. É pela valorização do diálogo que os seguranças públicos da Universidade de Brasília procuram administrar os conflitos e resolver os problemas.

Como os seguranças públicos procuram manter uma relação de proximidade com a comunidade, eles também não compartilham a característica de isolamento social que Poncioni (2008) também atribui aos policiais. Os discursos dos vigilantes sempre enfatizam a necessidade de melhorar sua interação com a comunidade pela ampliação do diálogo. Dizem estar cientes da diversidade que compõe a cultura universitária e afirmam não terem preconceitos ou estereótipos sobre os estudantes em função da raça ou do tipo de vestimenta que usam, por exemplo. Neste ponto, sua atitude também se contrapõe à dos policiais militares. Para os seguranças, um indivíduo suspeito não pode ser identificado pela sua cor, pelo modo de se vestir ou pelo simples fato de ser estudante. Dizem que o que caracteriza um suspeito é seu “comportamento desconfiado”. Sob essa denominação genérica e imprecisa, eles se referem, por exemplo, a uma pessoa que fica olhando muito para eles, pois essa atitude é vista como suspeita, já que a comunidade não age assim por não se incomodar com a presença deles. A “falta de familiaridade” também pode identificar um indivíduo como possível suspeito. Por

exemplo, num determinado local, é comum que todos os frequentadores se conheçam, mesmo que seja somente de vista. A chegada de uma pessoa desconhecida chama atenção. Na prática, percebi que as abordagens dos suspeitos, quando procuram verificar quem é “de dentro” e quem é “de fora”, são sempre cordiais. O eventual suspeito é sempre “alguém que não é daqui”.

Em seu trabalho, Poncioni (2008) também apresenta uma distinção entre as expressões “combate ao crime” e “controle do crime”. Para a autora, enquanto a primeira requer um status de guerra, associada, portanto, à cultura militar, a segunda, em oposição, correspondente à concepção de um espaço democrático. A atribuição formal que os seguranças da UnB têm em comum com os policiais refere-se à defesa de pessoas. No entanto, os seguranças estão numa atitude de “controle do crime” e não de “combate ao crime”.

O combate ao crime não está expressamente descrito nas atividades dos seguranças. Isso é considerado assunto de polícia. Pode-se dizer que o objetivo dos seguranças é a “prevenção do crime”. Para tanto, a atuação ostensiva é uma atividade rotineira. A vigilância, a ocupação, a presença devidamente caracterizada, isto é, uniformizada, são meios que possibilitam prevenir o crime, a despeito de combatê-lo. O uniforme é um elemento importante dessa prevenção, embora possam existir exceções. Por exemplo, os vigilantes públicos relataram também ter utilizado vestimenta à paisana para realizar uma identificação de roubos no estacionamento. Como mostrou Silva (2011), a categoria do paisano também é importante na identificação do *ethos* do policial militar. Ela é essencial para marcar a diferença identitária entre o nós (militares) e os outros (paisanos). Estabelece-se, assim, o mundo de dentro (caserna/casa) que se opõe ao mundo de fora (sociedade/rua), o que nos faz também lembrar a distinção proposta por Da Matta (1997) entre “a casa”, “pessoal e preferível”, e “a rua impessoal”. Nos termos de Silva:

Seguindo uma linha contínua, visualiza-se dois pólos de paradigmas compreendidos no universo institucional PM. Num desses pólos ficaria o que chamei de caserna, representando as idiossincrasias de uma visão de mundo emotiva e holística que gera um *ethos* característico identificado com a prática militar. No pólo oposto estaria a rua, com suas regras universais e visão de mundo prática, conformando um *ethos* baseado na “ideologia moderna” e que, ao ser praticado, identifica o fazer policial. Nesse sentido, enquanto a rua orienta práticas policiais para decisões que valorizam a iniciativa individual, produzindo papéis característicos onde o policial comunitário é seu tipo paradigmático, a caserna é tipicamente o domínio da honra emotiva onde se constroem e vivem guerreiros militares fabricados como peças de uma máquina ideal. (SILVA, 2011, p. 30).

Se adaptamos essas ideias ao nosso caso etnográfico, para a vigilância pública, o “nós-caserna” seria a comunidade universitária e os “outros-rua” seriam os de fora da universidade. Essa distinção também coloca os policiais num espaço social ambíguo aos olhos dos

seguranças. Embora partilham parte do *ethos* militar com os policiais, estes últimos não pertencem à comunidade universitária e não fazem parte do “nós”.

O *ethos* policial militar separa os de “fora”, os paisanos e civis, dos de “dentro”, policiais e vigilantes. Nos discursos, o uniforme aparece como um importante símbolo para marcar esse status diferenciado, compartilhado tanto pelos policiais como pelos vigilantes. Assim, as duas categorias exercem atividades ostensivas e o uniforme é um elemento central. Representativo do *ethos* militar, ele é de uso diário e possibilita distinguir os de “dentro” dos de “fora”: “Perspectiva de subjetividade, o uso do uniforme, farda, na medida que representa fortemente a organização na qual está inserido, servindo como agente de integração e de diferenciação nos grupos sociais. ” (BRESLER, 1997, apud MORAES, 2007, p. 2).

Assim, em razão de sua importância simbólica, o uniforme alinha a autoimagem do vigilante com a do policial militar. O uniforme simboliza o *ethos* guerreiro; uma atitude “pronta para o combate”. Ele aciona valores e ideais associados à masculinidade, à força, à virilidade. Ele mostra um herói em missão para o cumprimento da lei. Em seu depoimento, o Sr. Flávio salientou a importância do uniforme: “O nosso uniforme tem um certo poder! Tem um brasão também! É importante para a nossa identidade de seguranças orgânicos, seguranças universitários, servidores públicos federais! ” (Sr. Flávio, nov. 2017).

Figura 13 - Uniforme



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 14 - Uniforme

Fonte: Elaborada pela autora

Na relação entre seguranças e policiais, estes últimos considerados “especialistas” na resolução de alguns conflitos, há necessidade de maior atenção. Os seguranças da universidade declaram partilhar parte do conhecimento dos policiais e militares, mas, diferentemente desses outros profissionais, como no relato de Sr. Cristiano, dizem agir “com coração”. Ou seja, eles partilham certos aspectos do *ethos* militar (força) acrescido de um *ethos* que poderíamos chamar de “humano” (sentimento/emoção). Nesse sentido, é interessante se perguntar se estes vigilantes não seriam, de fato, os mais preparados para lidar com as questões de segurança pública no âmbito da universidade? Não seriam eles, de fato, os verdadeiros especialistas para resolver os conflitos?

Se considerarmos as análises feitas por autores como Kant de Lima (2008) e Poncioni (2014) sobre a segurança pública e a atuação das polícias, a crítica geral é que essas instituições precisam aprender a atuar com base em uma perspectiva democrática, isto é, que respeite a livre expressão da cidadania e garanta os direitos. Em outras palavras, nos parece que as polícias deviam ser capazes de atuar na sociedade como os vigilantes públicos atuam na universidade, isto é, em defesa do serviço público e da cidadania, investindo não na repressão, mas, prioritariamente, na capacidade de administrar e mediar conflitos. Esta parece ser a conclusão do estudo comparativo de Nascimento (2006) sobre gestão universitária no qual o autor concebe a segurança orgânica universitária como especialista na resolução de conflitos. No entanto, como também alerta Nascimento, é importante estar atento para que a eficiência da segurança universitária não seja utilizada como pretexto para camuflar a crise na segurança pública. Neste

sentido, apesar da parceria estabelecida entre a Polícia Militar e a vigilância universitária, em razão da existência de um posto da PM na proximidade do campus Darcy Ribeiro, um policial militar nos disse que a segurança universitária tem respaldo suficiente e não necessita de apoio externo: “Eles podem trabalhar aqui, o espaço é deles. A gente nem consegue efetivo para cá! Só vai quando é muito sério!” (Sargento Farias, dezembro/2017. Segundo Nascimento:

A segurança orgânica universitária tem como papel defender a segurança pessoal, o patrimônio físico, cultural e tecnológico das universidades federais, trata-se de fato de uma polícia interna, mesmo não sendo reconhecida pela legislação brasileira. (NASCIMENTO, 2006, p. 24).

É interessante notar que os vigilantes terceirizados assumem a falta de preparo para lidar com o público universitário. Como no caso dos policiais militares, eles dizem não terem respaldo para atuar por não se sentirem respeitados em função da fragilidade de seu vínculo empregatício. Assim, a vigilância terceirizada sente-se ocupante de uma posição inferior e menos prestigiada em relação aos vigilantes públicos. Essa hierarquia também é naturalizada pelos seguranças públicos da universidade que construíram sua identidade e autoimagem de seguranças orgânicos universitários federais como superiores à dos vigilantes terceirizados.

A cultura policial militar é marcada pelo controle social fruto de uma sociedade hierarquizada, preconceituosa e desigual (KANT DE LIMA, 2008). Focada na repressão e na punição, com uso desmedido da força, ela nega direitos e ameaça a construção de uma sociedade democrática e cidadã. É um *ethos* guerreiro, repressivo e punitivo, que vê o outro como uma ameaça social ao mantimento da ordem e da hierarquia da sociedade. Os seguranças públicos da universidade de Brasília, embora compartilhem algumas dimensões do *ethos* militar, procuram desconstruir essa dimensão guerreira, repressiva e punitivo desse *ethos*. Buscam promover o direito às liberdades civis e sociais com foco na defesa da cidadania num sistema político democrático. Como vimos, o apreço pela cidadania e pela defesa dos direitos democráticos são valores fundamentais para os vigilantes públicos e uma característica singular de sua identidade. Embora tenham incorporado elementos da cultura militar, caracterizada por crenças e valores específicos, como o *ethos* guerreiro simbolizado pelo porte de um uniforme, os seguranças públicos da UnB negam a postura autoritária e violenta que caracteriza essa cultura e privilegiam o diálogo democrático e a persuasão ao uso da violência e da força para a resolução de conflitos. Eles também procuram negar a hierarquia característica da cultura militar no interior da comunidade universitária, embora sua postura a esse respeito seja ambígua na medida em que eles também reproduzem a hierarquia em suas relações com os vigilantes terceirizados.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi apresentar a vigilância pública da Universidade de Brasília. Procurei dar visibilidade a esses servidores públicos que são essenciais para o funcionamento da universidade. Apresentei a história deste setor, o trabalho destes servidores e como definem sua identidade como seguranças orgânicos diferenciando-se dos outros atores que também atuam na área da segurança da universidade.

O primeiro capítulo apresentou a história da vigilância nos relatos dos nativos. A descrição de suas experiências demonstrou a proximidade da relação entre a história da vigilância e a da universidade. Os relatos sobre a formação do setor da vigilância se fundem com os relatos sobre a criação da própria universidade, marcada por valores e ideais de liberdade e democracia. Perpassa, também, a história da cidade de Brasília considerando a importância da universidade para o cenário da capital, como foco de irradiação e manifestação cultural e política.

Assim, a história da vigilância na UnB está intimamente relacionada aos eventos que marcaram a criação da instituição, ao período da ditadura militar e à redemocratização do Brasil. Procurei mostrar como cada um desses períodos foi vivido pelos vigilantes. O momento de criação da UnB, refletido nas memórias repassadas pelos vigilantes pioneiros e incorporadas pelos demais, enfatizou os ideais do ambiente acadêmico de reflexão, inovação, integração, flexibilidade, diálogo, criatividade, liberdade e democracia que influenciaram o trabalho e a identidade desses sujeitos.

No período da ditadura, o controle militar apareceu em todos os relatos. Ele interrompeu o ambiente de liberdade e integração, características fundamentais para o projeto inovador da universidade, e impactou profundamente o setor da vigilância com um controle excessivo da rotina de trabalho. Baseou-se na suspeição e repressão, características do *ethos* militar. A resistência à ditadura se traduziu como uma resistência passiva e uma forma de resiliência, cujo principal desafio era a permanência no cargo. Os vigilantes entendiam, ou pelo menos esperavam, a transitoriedade do regime militar para agir no regime democrático, o que de fato ocorreu com o processo de redemocratização do país. Nesse novo período, a categoria se organizou profissionalmente para lutar por seus direitos. Realizaram seminários com o apoio da universidade e influenciados por seus ideais. Este fortalecimento se traduziu por uma grande mobilização que permitiu aos vigilantes da UnB conquistarem direitos e se destacarem por seu

protagonismo sindical não só na UnB, mas também nacionalmente. Com a redemocratização, os vigilantes reivindicaram a retomada dos valores e ideais da universidade (integração e compartilhamento de saber) e lutaram por mais espaço. Apesar das conquistas, a mobilização não impediu a extinção do cargo de vigilante público e o início dos contratos de vigilantes terceirizados.

O capítulo 2 descreveu a organização e o funcionamento do setor da segurança da Universidade de Brasília, enfatizando as atribuições e a rotina desses trabalhadores. Viu-se que o setor da segurança faz parte da Prefeitura da universidade e é organizado pela Diretoria da Segurança (DISEG) que compreende os vigilantes do órgão, os vigilantes terceirizados, os porteiros terceirizados e um posto da Polícia Militar. As atribuições da vigilância são diversificadas e amplas. De modo geral, visam a proteção e defesa do patrimônio e das pessoas, atuando na assistência, prevenção e no atendimento às ocorrências. Em função da diversidade e da especificidade de suas atividades, devem estabelecer parcerias com diversos órgãos de segurança pública, como os policiais militares e federais.

O capítulo 2 também abordou que funcionamento do setor de segurança pública na Universidade de Brasília envolve uma escala diferenciada, a distribuição do trabalho nos postos e nas rondas. Esse funcionamento é caracterizado por sistema de rodízio com particularidades e uma rotina diferenciada da dos vigilantes terceirizados. A organização da segurança pública na universidade, com suas ambiguidades e ocorrências diversas e numerosas, mostra a complexidade e singularidade desse trabalho.

O terceiro e último capítulo discutiu a formação peculiar da identidade de vigilante público, enquanto seguranças orgânicos federais, e apresentou as singularidades de sua atuação, diferenciando esses sujeitos dos demais profissionais que compõem o setor de segurança da universidade. Partindo de estudos que discutem o conceito de identidade, procuramos mostrar como se constrói a identidade dos vigilantes públicos da UnB. Assim, vimos que essa identidade mobiliza elementos da cultura universitária, do mandato profissional dos servidores públicos federais e da cultura policial militar.

A cultura universitária foi absorvida com a criação da UnB e fortalecida no processo de redemocratização. Ela se traduz por valores e ideais de liberdade, democracia, consciência política cidadã e profissional. Estes valores universitários são incorporados pelos vigilantes em sua identidade, visto que são princípios que definem o pertencimento dos vigilantes públicos a esta instituição e se revelam também no conteúdo afetivo da relação destes com os estudantes e professores. Todos fazem parte de uma comunidade: a universidade. Os vigilantes públicos também consideram que incorporam a missão institucional da universidade, porque participam

da formação de cidadãos. Ressaltam, ainda, a importância diferenciada de sua atividade que se traduz por uma busca constante para capacitação em estudos e seminários. Como os professores, os vigilantes participam da produção da ciência e do processo de formação de cidadãos qualificados. Opõem-se, dessa forma, aos vigilantes terceirizados, considerados hierarquicamente inferiores e que não compartilham esses valores. Também se distanciam dos policiais e reivindicam serem os únicos com qualificação necessária para atuar no ambiente acadêmico que exige uma habilidade e uma abertura para o diálogo que somente eles possuem.

Procurei demonstrar que o fato desses vigilantes serem servidores públicos federais é um aspecto singular e particularmente relevante na formação de sua identidade. Por compartilharem com outros profissionais o status de servidores públicos federais, eles têm vantagens (maiores salários e maior estabilidade no emprego, por exemplo), mas têm, sobretudo, o dever de atuar com responsabilidade, respeitando a legislação em vigor e procurando sempre defender os interesses da instituição. Em decorrência desse status e do compromisso institucional que ele implica, eles se diferenciam, por contraste, dos vigilantes terceirizados que trabalham para empresas que priorizam o lucro e seus interesses privados em detrimento da garantia dos interesses coletivos e institucionais. Assim, dizem que os vigilantes terceirizados não compartilham da cultura universitária, porque não permanecem na instituição e não entendem seu significado. A rotatividade e a fragilidade do vínculo que esses últimos têm com as empresas terceirizadas, que podem demiti-los ou realocá-los com grande liberdade, fazem com que eles têm um comprometimento menor com os ideais da universidade. Assim, os vigilantes terceirizados são considerados hierarquicamente inferiores; uma ideia compartilhada pela comunidade universitária em seu conjunto.

A influência da cultura policial e militar na identidade dos seguranças da UnB também é visível, embora com algumas especificidades. Essa influência decorre do período da ditadura militar, das experiências dos vigilantes públicos no serviço militar obrigatório e dos cursos de formação na polícia. A cultura policial militar influencia seu modo de atuar, fazendo com que as ações dos vigilantes também se aproximem da atuação das polícias, principalmente da policial militar com quem mantém uma proximidade maior. No entanto, embora compartilhem alguns valores com os policiais e os militares, os vigilantes públicos não aderem a todos os ideais da cultura policial e militar. Consideram, por exemplo, que esse *ethos* é marcado por valores culturais de uma sociedade preconceituosa e hierarquizada que são contrários aos valores democráticos dos vigilantes que se manifestam, por exemplo, em seu modo peculiar de lidar com as manifestações estudantis, privilegiando sempre o diálogo à repressão.

Assim, se existem elementos importantes da cultura militar e policial que são valorizados, como a hierarquia, visível na relação dos vigilantes públicos com os terceirizados, e outros elementos, como a importância simbólica dada ao uniforme como *status* de poder, outras características do *ethos* militar e policial, como a truculência, a violência e o autoritarismo não são compartilhadas pelos vigilantes. Num mundo que estabelece uma divisão clara entre os de “dentro” e os de “fora”, a criatividade e a importância dada ao diálogo são os fatores privilegiados para administrar os conflitos. Embora também possam usar a força, esta é sempre o último recurso. A atuação dos vigilantes terceirizados e dos policiais, que não partilham da cultura universitária, é considerada inadequada a esse ambiente.

Por fim, a iminente extinção da carreira de vigilante público merece algumas considerações. A identidade do segurança orgânico, alimentada pela cultura universitária, pelos valores do funcionalismo público federal e pela cultura policial e militar, é hoje um cargo em extinção e seu desaparecimento nos leva a uma importante questão. A Polícia Militar não consegue atender à demanda de segurança da UnB e não está preparada para atuar no mundo universitário. As políticas de terceirização criaram o cargo do vigilante terceirizado, mas estes profissionais, como vimos, encontram-se com vínculos trabalhistas precários e são despreparados, desmotivados e descompromissados com a universidade. Diante desse cenário e com a não reposição do efetivo dos vigilantes públicos, como será a segurança da Universidade de Brasília? A pesquisa procurou salientar a importância dessa categoria para o funcionamento da universidade. Os vigilantes públicos ou “federais” são fundamentais não só pelas tarefas específicas que executam, mas também pela especificidade e peculiaridade dos valores que são associados ao seu trabalho. Os relatos dos meus interlocutores mostram que não basta trocar um segurança público por um vigilante terceirizado porque este último nunca partilhará da cultura universitária e dos valores que norteiam o funcionalismo público federal. Dessa forma, o processo acelerado de terceirização da segurança na Universidade de Brasília e nas universidades federais de modo geral é também um processo de precarização progressiva da própria segurança universitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 1.592, de 10 de agosto de 1995**. Altera dispositivos do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, que regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1592.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 85.354, de 12 de novembro de 1980**. Inclui a Categoria Funcional de Agente de Vigilância no Grupo-Outras Atividades de Nível Médio, a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, 1980.

BRASIL. **Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987**. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. Brasília, 1987a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L7596.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987**. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Brasília, 1987b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. **Lei n. 3.780, de 12 de julho de 1960**. Dispõe sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1960. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3780.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. **Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3998.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. **Lei n. 85.685, de 30 de janeiro de 1981**. Inclui parágrafos no art. 5º do Decreto nº 85.354, de 12 de novembro de 1980, que dispõe sobre a Categoria Funcional de Agente de Vigilância do Grupo-Outras Atividades de Nível Médio e dá outras providências. Brasília,

1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D85685.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. **Lei n. 89.056, de 24 de novembro de 1983.** Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que "dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências". Brasília, 1983a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D89056.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. **Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983.** Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Brasília, 1983b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7102.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.192, de 21 de dezembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. Brasília, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9192.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

CASTRO, Paula Almeida. **Tornar-se aluno:** Identidade: perspectivas etnográficas. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

COSTA, A.T; LIMA, R. S. Segurança Pública. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil.** Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (Orgs.). 1 ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho:** estudo da psicopatologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior do Brasil (Brasília). **Política de Segurança para IFES e IFETS. 2011.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 15, Mar del Plata - Argentina. A terceirização da segurança nas instituições federais de ensino superior: um estudo na UFSC. Mar del Plata-Argentina. 2015. JACOBSEN, A. L; CORDEIRO, E. R. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI. Mar del Plata-Argentina. 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978.

JACOBSEN, A. L; CORDEIRO, E. R. **A terceirização da segurança nas instituições federais de ensino superior:** um estudo na UFSC. XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE

GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 15, Mar del Plata- Argentina. Desafios da Gestão Universitária no Século 21. Mar del Plata- Argentina, 2015.

KANT DE LIMA, Roberto. **Direitos Civis, Estado de Direito e 'Cultura Policial': A Formação Policial em Questão.** *Ensaio de Antropologia e de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

KANT DE LIMA, Roberto. **Polícia, justiça e sociedade no Brasil:** uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 13, p. 23-38, nov. 1999.

MORAIS, Lucílio Linhares Perdigão. Vestindo a camisa: Aspectos ideológicos do uso da farda. Um estudo de caso em uma unidade policial. **Revista XXXI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2007.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser:** cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado (Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

NASCIMENTO, Armando Luís. **Segurança orgânica nas Universidades Federais:** Pernambuco em perspectiva comparada. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão Pública, 2006.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogos de Espelhos:** Imagem da representação de si através dos outros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, etnia e estrutura social.** Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1976.

PAULINO, Alice Dias. **Os sentidos de existência humana:** identidade e reconhecimento. In Caderno do CEOM. Identidades. Unochapecó. v. 24, n 35. 2018.

PONCIANI, Paula. Identidade profissional policial. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil.** Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. (Orgs.). 1 ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

PONCIANI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública.** ed. 1. São Paulo. 2007.

POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul (eds.) The New Institutionalism in Organizational Analysis, Chicago: University of Chicago Press, 1991. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil.** Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (Orgs.). COSTA, A.T; LIMA, R. S. 1 ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade de Brasília:** projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 196. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

RODRIGUES, Fabiano da Cruz. **Análise do funcionamento da segurança da Universidade de Brasília**: Estudo de caso da Coordenadoria de Proteção ao Patrimônio da UnB-COPP/UnB. Monografia de Especialização em Gestão Universitária. Brasília: UnB, 2010.

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed. 2012. 490 p.

SILVA, Giuslane Francisca. Halbwachs, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

SILVA, Robson Rodrigues. **Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”**: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar Dom João VI, Niterói: Ed. UFF, 2011.

STELZER, Joana et al. Segurança nas instituições federais de ensino: Estudo de Caso no IFSC Araranguá. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 16, Peru. **Gestão da investigação e compromisso social da universidade**, Peru, 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Diretoria de Segurança**. 2018. Disponível em: <http://www.prefeitura.unb.br/>. Acesso em: 6 nov, 2018,

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Prefeitura da UnB**. Brasília: UnB, 2018. Disponível em: <http://www.prefeitura.unb.br/>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Resolução do Conselho Universitário N. 0001/2012. **Diretrizes de Convivência da Comunidade Universitária**. Disponível em: <http://www.unb.br/>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar! In: **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro.: Jorge Zahar, 1980.

REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

OCORRÊNCIAS POR TIPOLOGIA REGISTRADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018



ANEXO B



Fonte: <http://www.cespe.unb.br/mapa-locais-unb/>

ANEXO C



Fonte: <https://mapanamao.com.br/como-se-localizar-em-brasilia/>